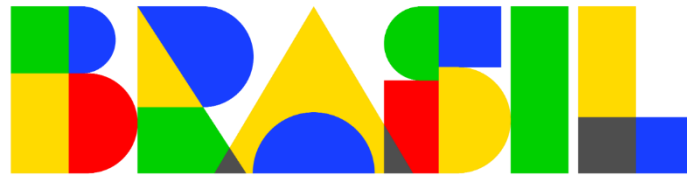


GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

**RELATÓRIO DAS REUNIÕES DO
GRUPO DE TRABALHO DA
POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÕES,
REFÚGIO E APATRIDIA**

EIXO 2 - INTEGRAÇÃO LOCAL

SUMÁRIO

	PÁG.
REUNIÃO 08/03/2023.....	03
REUNIÃO 13/03/2023.....	20
REUNIÃO 17/03/2023.....	36

DOCUMENTO PRELIMINAR

REUNIÃO 08/03/2023

I. Identificação

a. Modalidade: Grupo de Trabalho

b. Eixo: EIXO II – Integração Local

c. Data da reunião: 08/03/2023

d. Membros do Eixo presentes:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS
- Ministério da Saúde - MS
- Ministério da Educação - MEC
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Ministério das Cidades - Mcid
- Ministério dos Portos e Aeroporto - MPA
- Ministério Público do Trabalho - MPT
- Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes - FONACCERAM
- Defensoria Pública do Estado - DPE
- Ministério Público Estadual - MPE
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR
- Organização Internacional para Migrações - OIM
- Academia – Profa Bela Feldman
- Ass. Latinoamericana de Micro, Pequena e Média Empresa - Alampyme
- Frente Nacional pela Saúde de Migrantes - Fenami
- Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte – CERAM
- Cáritas Rio de Janeiro
- Serviço Pastoral do Migrante
- Ação Social Franciscana - SEFRAS
- Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados - SJMR
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD

e. Coordenadores do Eixo: Paulo Illes e Laís Yumi Nitta

f. Relatora do Eixo: Ana Laura Anschau (OIM)

g. Forma de realização da reunião (presencial ou online): online, via Microsoft Teams

II. Relatoria

1. **Participante com a fala/ organização:** Bella Feldman (Academia)

Tema de discussão: Revisão e definição das terminologias utilizadas na política
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnósticos:

- Destaca ser importante pensar em políticas de direitos dentro das desigualdades sociais que ainda são muito presentes no contexto brasileiro, sejam elas de gênero, raça, etnia, entre outras.
- Brasil conta com políticas de acolhimento, porém faltam políticas de acompanhamento.
- Apesar dos avanços encontrados nas políticas, as pessoas migrantes, à priori, ainda são muito criminalizadas no Brasil.

Propostas de melhoria:

- Sugere a revisão de termos a serem utilizados na política, como “Integração Local”, “Migrações regulares e ordenadas”, “Boas Práticas”. Em especial ao termo “Integração Local” aponta ser importante definir integração ao quê? O termo também carrega o seu oposto, que é a desintegração.

Outros pontos apresentados:

- Relatou espanto no fato de a relatoria dos eixos estar a cargo das Agências Internacionais.

2. **Participante com a fala/ organização:** Cintia Freitas - CERAM

Tema de discussão: Xenofobia e preconceitos; Capacitações de Servidores; Atendimentos

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Migrantes relatam sofrer traumas pelo mal atendimento nos serviços públicos, como, por exemplo, nos atendimentos na Polícia Federal.
- Normalmente os migrantes e refugiados chegam em situações de extrema vulnerabilidade e acabam disputando as mesmas necessidades da população brasileira. Como exemplo, disputas por vagas em abrigos e albergues. Isso faz com que se aumentem os casos de xenofobia e preconceito com a população migrante, refugiada e apátrida.

Propostas de melhoria:

- Programas de capacitação com a temática do enfrentamento à xenofobia e preconceitos, tendo como público-alvo os agentes públicos, com especial atenção a servidores que trabalham no atendimento direto à população migrante, refugiada e apátrida.
- Capacitações de intérpretes comunitários para compreender as vulnerabilidades das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Bem como criação de cursos de idiomas voltados para servidores que atendem na ponta.
- Fomentar um atendimento pensado nas diversas vulnerabilidades, em especial a crianças, mulheres e idosos.

Outros pontos apresentados: Dificuldade em receber uma cópia do formulário preenchido.

3. **Participante com a fala/ organização:** Thais La Rosa - OIM

Tema de discussão:

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- A ausência de atendimentos culturalmente competentes pode ocasionar erros no diagnóstico, desconfiança e não adesão ao tratamento por parte do migrante.

Proposta de Melhoria:

Saúde:

- Consolidar e ampliar ações de prevenção e promoção por meio de campanhas, programas permanentes e canais de comunicação voltados para a população migrante;
- Garantir respeito à diversidade cultural, religiosa e às práticas tradicionais de autocuidado em saúde;

- Incluir nos prontuários de atendimento o campo “nacionalidade” para que possam compreender o perfil dos migrantes atendidos e, assim, organizar políticas públicas culturalmente adequadas;
- Promover ações de educação e sensibilização permanentes para servidoras/es públicos/as e demais atores relevantes acerca do parto humanizado e da assistência pré-natal, em consideração à diversidade de culturas e costumes das mulheres migrantes;
- Implementar grupos de trabalho sobre "saúde da população imigrante", incluindo a participação de gestoras/es, profissionais de saúde e população imigrante, com o objetivo de promover a formação, sensibilização e desburocratização no acesso a serviços públicos de saúde;
- Articulação e criação da Política Nacional de Saúde.

Educação:

- Criação de protocolos e planos de atendimento do aluno migrante visando orientar o acolhimento na rede de ensino e a integração de estudantes, docentes e demais membros da comunidade no ambiente escolar.
- Ampliar e institucionalizar a qualificação continuada de profissionais atuantes em todos os níveis e cargos do sistema de ensino público sobre métodos de educação, didáticas e pedagogias relacionadas aos temas de migração e direitos da população migrante, incentivando a participação por meio de certificação, inclusão de pontuação para plano de progressão de carreira e oferta da modalidade de ensino presencial e à distância.

Assistência Social:

- Implementação de Centros de Acolhida Especial 24h para Famílias destinados à população migrante, de acordo com a demanda observada, assegurando o atendimento emergencial, e também a criação de centros permanentes de acolhimento com disponibilização de vagas específicas em casas de passagem para migrantes em acolhimento institucional.

Trabalho:

- Que a política assegure a possibilidade de participação de migrantes nos concursos para acesso a cargos e empregos públicos, seja na Administração Direta ou Indireta, e fomentar a contratação dos mesmos pelas entidades parceiras, em especial nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, cultura, trabalho, desenvolvimento econômico e assistência jurídica.
- Fortalecimento da cooperação internacional ao realizar acordos bilaterais/multilaterais em matéria previdenciária, trabalhista e acadêmica (validação de diplomas e certificados).
- Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão laboral de mulheres migrantes, especialmente as chefas de família monoparental, tal como maior disponibilidade de vagas para seus filhos em creches de período integral.

Infraestrutura:

- Criação de postos avançados de atendimento humanizado aos Migrantes que incluam: recepção a pessoas deportadas e não-admitidas, através de uma metodologia de atendimento humanizado a esses migrantes, identificando possíveis vítimas de tráfico de pessoas, oferecendo, conforme cada caso, um acolhimento através de uma rede local;

Desenvolvimento de campanhas locais para informar aos passageiros, sobre como se prevenir do tráfico de pessoas e como obter suporte, através dos consulados brasileiros e de outras organizações no exterior no caso de sofrerem alguma violência.

- Fortalecimento das articulações internacionais, visando efetivar o Fundo Verde do Clima (como definido na COP-27, que prevê que nações ricas destinem US\$ 100 bilhões por ano para nações pobres no enfrentamento às mudanças climáticas). Parte expressiva desses recursos deve ser destinada ao acolhimento de migrantes climáticos.

Boas práticas:

- Educação: Plano de Ação Educacional para atendimento, acolhimento e integração escolar dos indígenas migrantes da etnia Warao na educação infantil, desenvolvido na cidade de Goiânia, que contempla pilares essenciais para garantir maiores possibilidades de integração local para seus discentes e familiares.
- Assistência Social: Centro Permanente de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes, na cidade de Esteio/RS.

4. **Participante com a fala/ organização:** Sérgio Miletto – Alampyme (organização presente em 14 países com atuação nacional)

Tema de discussão: Integração social e produtiva

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Lacuna de políticas públicas pensadas no micro empreendedorismo de migrantes.
- Agentes Comunitários.
- Migrantes que chegam ao Brasil são recepcionados pela Polícia Federal.

Proposta de Melhoria:

- Prefeituras, por meio da compra pública, ao invés de fazerem licitações (e ganhar uma fábrica da China), hoje a licitação permite que um pequeno grupo de costureiras MEIs se reúnam num coletivo.
- Integração econômica de migrantes por meio do empreendedorismo, a exemplo das Sociedades com Propósitos Específicos (SPEs) precisam virar política pública.
- Pensar em não criar novos grupos de agentes (Ex. Saúde), para não ser mais um agente visitando as famílias. Sugere avaliação dos questionários já aplicados pelos agentes de saúde, que podem dar subsídios para as outras políticas. Ex.: Agentes de saúde já são pessoas de confiança e sabem, por exemplo, que há pessoas migrantes e refugiadas que estão em depressão por não terem emprego. Por meio desses questionários, seria possível identificar lacunas e desenvolver políticas.
- A recepção de migrantes e refugiados que chegam ao Brasil deveria ser pela “sala de visita”, com acolhimento solidário e atendimentos realizados por profissionais capacitados para o acolhimento humanitário.

Boas práticas:

- Coletivo Uniformes – coletivo de migrantes apoiado na cidade de São Paulo, considerado um dos melhores fornecedores de uniformes da prefeitura de São Paulo. Trabalho foi realizado com propósito de integração cultural, com coleção desenvolvida pelas empresárias com apoio de uma escola afro-indígena. Os uniformes criados contam com a história das mulheres migrantes, em especial, as bolivianas.
- Sociedade com Propósito Específico (SPE): união de Microempreendedores Individuais para formar um coletivo com o propósito específico de atender uma licitação.

- Por meio da SPE, microempreendedores podem vender para empresas públicas, privadas e exportar seus produtos.
- Projeto “Nosso Núcleo Casa Verde”, no bairro da Casa Verde (SP), inspirado nos grupos de ação local do “Programa Líder Europeu” – programa que trouxe inclusão econômica de regiões paupérrimas da Europa.

Outros pontos apresentados: Não encontrou no formulário a opção de atuação nacional.

5. **Participante com a fala/ organização:** Gilberto Rodrigues - UFABC
Tema de discussão: Educação e revalidação de diplomas
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Dificuldades dos migrantes em encontrar um ambiente escolar e/ou universitário acolhedor. Apesar das boas práticas que existem, ainda há uma grande dificuldade de migrantes serem devidamente acolhidos, compreendidos e recebidos no ambiente escolar.
- Na prática, a validação encontra muita resistência, principalmente em áreas que não têm tanto envolvimento com a realidade de migrantes, que muitas vezes criam entraves desnecessários para que haja revalidação.

Proposta de Melhoria:

- Criar políticas de incentivo para que as instituições de ensino (fundamental, médio e superior), tenham parâmetros, para que as escolas possam se inserir na grande tarefa de receber, acolher e integrar.
- Pensar no que já existe em termos do MEC (Plataforma Carolina Bori) e revisar os procedimentos para efetivamente facilitar a vida de migrantes que buscam a revalidação.

Boas práticas:

- UFABC conta com implementação de ações afirmativas (ingresso e permanência) para pessoas com vulnerabilidade. Ainda que seja necessário pensar na definição de vulnerabilidade.

Outros pontos apresentados:

- Importância de apresentar terminologias dos termos que serão utilizados na política (Ex.: Integração).
- Pensar em soluções duradouras para migrantes forçados.
- Não basta abrir as portas, é necessário ter políticas consistentes de permanência.

6. **Participante com a fala/ organização:** Hermes - UFGD
Tema de discussão: Especificidades regionais e locais; capacitação de servidores
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Quando se pensa em capacitação de servidores, tem-se uma realidade distinta de servidores públicos que atuam na ponta em capitais e em cidades do interior. Tanto em termos de estrutura, quanto de capacitação profissional.

- Os cursos e capacitações existentes para servidores (Ex.: ENAP) não atendem as demandas dos profissionais da ponta. Faz-se necessário pensar em quais formas de capacitações atendem.
- Dificuldade de atuação e capacitação para servidores de municípios que se encontram distantes da estrutura do governo estadual.
- Prefeituras municipais (médios e pequenos) não têm a estrutura que as capitais têm.
- O programa de interiorização da Operação Acolhida leva, em sua maioria, migrantes pra cidades pequenas, que não têm uma estrutura física e humana adequadas para atendimento.

Proposta de Melhoria:

- As capacitações voltadas para servidores precisam entender as necessidades desses profissionais.
- Pensar como os perfis dos 5 eixos temáticos do GT dialogam com as diferentes realidades e especificidades das regiões e municípios brasileiros. Precisa-se pensar também nas especificidades das cidades de fronteira e cidades gêmeas, por exemplo.
- Pensar na diversidade regional e dos interiores em relação às políticas mais maduras e desenvolvidas nas capitais do país.

7. Participante com a fala/ organização: Eliane - FONACCERAM

Tema de discussão: Saúde, Educação, Assistência Social

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Falta de conhecimento das pessoas migrantes sobre os direitos básicos que se tem no Brasil.
- Saúde: Superou-se a barreira da necessidade de documentos para atendimento na atenção primária, mas, para atendimentos na atenção secundária, a falta de documentação ainda é um entrave, principalmente para vagas em cirurgias e em procedimentos mais complexos.
- Educação: Falta de parâmetros para revalidação de diplomas de ensino médio, que tem sido um obstáculo para o ingresso na graduação. Necessário um parâmetro sobre o que é exigido e o que pode ser flexibilizado. (Ex.: Estácio tem vagas específicas para migrantes e refugiados e eles não conseguem fazer a matrícula).
- Educação: Flexibilização na documentação exigida para matrícula no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), principalmente quando a pessoa não tem alguma documentação anterior sobre estudo, para não fazê-la regressar desde o início aos seus estudos.
- Educação: Número de vagas em creches públicas (problema não apenas para migrantes) e necessidade de pensar a ampliação de parcerias com creches particulares para dar conta da demanda, pois impacta no ingresso de mulheres no mercado de trabalho.
- Assistência Social: Entraves documentais para migrantes idosos acessarem as Instituições de Longa Permanência (ILPIs).
- Atenção especial ao acolhimento emergencial nas cidades de fronteira, que muitas vezes não conseguem atender as demandas.

Proposta de Melhoria:

- Ao se falar em acesso a direitos e serviços é importante falar no ponto transversal que é o idioma.

- Criação de cartilha padronizada com direitos básicos, para ser entregue no momento de entrada de migrantes no Brasil.
- Saúde: Atentar ao recorte cultural para questões relacionadas à saúde reprodutiva da mulher, principalmente no que tange à contracepção e parto. Atenção especial também para mulheres indígenas Warao.
- Facilitação do acesso para isenção de taxas fúnebres, principalmente para enterro. Principalmente no que tange à necessidade de familiar para requerer o armazenamento e enterro, principalmente quando se fala em rituais diferenciados ao velório.
- Educação: Ampliação de parcerias com creches particulares para dar conta da demanda, pois impacta no ingresso de mulheres no mercado de trabalho.
- Educação: Flexibilização do calendário escolar para que possam fazer a matrícula ao longo de todo o ano.
- Assistência Social: Criação de parâmetros para flexibilização de documentação para que migrantes idosos possam acessar os ILPIs.
- Fomento de boas práticas, com criação do “Selo Nacional” para empresas que adotam boas práticas de empregabilidade de migrantes e refugiados.
- Não limitação a brasileiros em editais públicos, especialmente na área da educação.

Boas práticas:

- Projeto “Rota de Direitos” realizado no Rio de Janeiro por meio da Defensoria Pública. Evento itinerante em que são articuladas várias secretarias para fazer mutirões de atendimentos, também para migrantes e refugiados. Nesses eventos também são feitas capacitações para profissionais que atendem nesses serviços.

8. **Participante com a fala/ organização:** Thamara – CRAI Oriana Jara (SEFRAS)
Tema de discussão: Assistência Social; Educação; Capacitação Profissional e renda
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Importância do combate à xenofobia e racismo e o quanto a discriminação barra o acesso a direitos.
- Assistência Social: O acolhimento é o principal gargalo.
- Moradia: Não há política de moradia efetiva e a população migrante acaba sendo muito impactada, tanto para quem precisa de atendimento emergencial, quanto a longo prazo, quando as pessoas não conseguem vagas fixas nos serviços de acolhida.
- Moradia: Migrantes recorrem às ocupações por diferentes motivos. Nessas ocupações a população migrante fica perdida no que é direito dela em relação ao local em que está, bem como fica sujeita a diferentes tipos de violência.
- Educação: Falta de vagas em creches.
- Educação: A dificuldade de revalidação de diplomas impacta diretamente no trabalho da população migrante. Além disso, há dificuldade em se contratar migrantes em áreas específicas como direito, psicologia e assistência social, tendo em vista que são áreas regularizadas por conselhos.

- Educação: Dificuldade de migrantes acessarem o ensino superior.
- Capacitação profissional e renda: Poucas iniciativas de cursos para que migrantes possam aprender português.
- Capacitação profissional e renda: Necessidade de atenção para qual o tipo de vagas que estão sendo disponibilizadas para migrantes.

Proposta de Melhoria:

- Criação de Centros de Atendimento Especializados.
- Moradia: Criação de vagas de acolhida emergenciais, mas também de longa duração. Para que migrantes não fiquem em um ciclo de vulnerabilidades.
- Educação: Ampliação de vagas em creches, para que as mulheres migrantes possam também se incluir produtivamente.
- Educação: Universidade precisa estar engajada para trazer migrantes para o local e não apenas como objeto de pesquisa.
- Capacitação profissional e renda: São necessárias iniciativas privadas para promover o incentivo da contratação de migrantes no mercado de trabalho.
- Capacitação profissional e renda: Ações de acompanhamento às empresas que contratam migrantes, para verificar se respeitam a legislação trabalhista e se estão preocupadas com a integração de migrantes no ambiente de trabalho.
- Criação de mais Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), tanto em âmbito municipal, quanto estadual e federal, para que se transversalize o atendimento a migrantes.

9. Participante com a fala/ organização: Débora Alvares – Cáritas Rio de Janeiro

Tema de discussão: Aspectos transversais a todas as áreas

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

- Pensar que o grupo de migrantes não é homogêneo, nem em termos de forma e motivação de deslocamento. Além disso, dentro desse grupo há diferenças de gênero, geração e etnia, o que impacta fortemente nas políticas públicas que precisam ser pensadas para inclusão de cada um desses grupos.
- A política para migração, refúgio e apatridia, não é uma política para privilegiar a população em relação aos brasileiros. Mas sim para se pensar na equidade. Pensando em quais pontos dificultam a integração das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas e que não acontece com brasileiros. Pensar em nível de equidade.
- Aspectos transversais a todas as áreas que precisam ser pensados: 1) Desconhecimento das pessoas que atendem na ponta; 2) Desconhecimento por parte da população de migrantes atendida; 3) Idioma; 4) Cultura; 5) Urgência do deslocamento faz com que migrantes não consigam trazer todos os documentos, o que dificulta o acesso aos direitos.
- Soluções transversais: 1) Capacitação dos agentes que atendem na ponta; 2) Cartilhas e instrumentos de orientação para migrantes; 3) Materiais traduzidos para outros idiomas e cursos de português; 4) Atendimentos culturalmente sensíveis.

10. Participante com a fala/ organização: Alexandre Branco-Pereira (FENAMI)

Tema de discussão: Saúde; Educação; Revalidação de Diplomas

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Capacitação dos profissionais que atuam nos serviços que atendem migrantes na ponta (saúde e educação), mas também a necessidade de fazer o debate do SUS chegar nas OSCs que trabalham com migrantes.
- Revalidação de diplomas: O custo para revalidação é uma das dificuldades encontradas pelos migrantes. Para além das dificuldades comuns encontradas em todas as áreas, na área da saúde a revalidação aparece de forma mais destacada. É praticamente impossível revalidar diploma na área da saúde.
- Emprego e Renda: Faz-se necessário debater o programa de interiorização da Operação Acolhida. Há muitos casos de Interiorização de vagas de trabalho que direcionavam migrantes diretamente para vagas em trabalho escravo.

11. Participante com a fala/ organização: Ângela Vasconcelos - UFF

Tema de discussão: Assistência Social

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Apesar dos protocolos organizados pelo SUAS na área de migração e refúgio (haitianos e venezuelanos), os equipamentos (CRAS, CREAS, CENTRO POP, Acolhimento institucional) contam com profissionais da assistência que não entendem o que representa um migrante/refugiado e tudo que se relaciona e evidencia o refugiado.
- Migrantes chegam nos equipamentos (quando conseguem) e têm dificuldades em se expressar.

Proposta de Melhoria:

- Capacitação continuada para os profissionais que atendem migrantes, refugiados e apátridas.
- Contratação e disponibilização de intérpretes nos equipamentos de atendimento.
- Importante que migrantes e refugiados saibam sobre todos os programas da assistência social e do SUAS que estão disponíveis, não apenas sobre o bolsa família. É necessária a divulgação de informações para que migrantes tenham acesso aos diferentes serviços disponíveis.
- Que migrantes, refugiados e apátridas em situação de vulnerabilidade sejam inscritos imediatamente no CadÚnico.
- Trabalho deve ser realizado por território, devido as suas especificidades. (Ex.: Venezuelanos no Rio de Janeiro que vivem e estão em áreas de violência, em situação de pobreza ou extrema pobreza dominado pelas milícias).

12. Participante com a fala/ organização: Padre Agnaldo (SJMR)

Tema de discussão: Migrantes indígenas

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Integração de migrantes indígenas: Dificuldade em encontrar respostas mais duradouras para além do abrigo institucional. Faz-se necessário reconhecer os valores próprios de cada etnia.

Proposta de Melhoria:

- Criação de comitês próprios para indígenas com transversalidade com outras temáticas.
- Envolver o Ministério dos Povos Indígenas nos GTs da Política Nacional para transversalizar com a pauta da migração, refúgio e apatridia.
- Incluir a pauta da migração, refúgio e apatridia nas secretarias e comissões que já existem, como na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).
- Importante desenvolver uma política de construção, monitoramento e acompanhamento.

Boas Práticas:

- Comitês estaduais e locais que unem diferentes órgãos em um mesmo ambiente.

Outros pontos apresentados: Formulário não permite marcar mais de um estado/cidade. Importante para que seja possível visualizar a atuação das organizações.

13. **Participante com a fala/ organização:** Sofia Zanforlin - UFPE

Tema de discussão: Operação Acolhida

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Espantoso o número de OSCs que trabalham com a temática das migrações no norte do país.
- Necessário problematizar termos de integração, boas práticas, soluções duradouras que não traduzem o dia a dia dos migrantes.
- Empreendedorismo tem sido uma solução muito apresentada para migrantes, no entanto eles recebem baixo apoio financeiro e estão ficando adoecidos, cansados e endividados.
- Há dois caminhos para migrantes que se encontram na fronteira: 1) empreendedorismo com baixo apoio financeiro; 2) interiorização focada para frigoríficos.

Proposta de Melhoria:

- Se empreendedorismo for uma solução, o Estado precisa fazer acompanhamento e liberar crédito.

III. Síntese (ao final da reunião, preencher)

Número de pessoas que estiveram na presentes na reunião: 48

Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 13

Lista de temas abordados (para facilitar a identificação posterior):

- **Acesso a Direitos**
 - Pensar em políticas de direitos dentro das desigualdades sociais que ainda são muito presentes no contexto brasileiro, sejam elas de gênero, raça, etnia, entre outras.
 - Falta de conhecimento das pessoas migrantes sobre os direitos básicos que se tem no Brasil.
 - Ao se falar em acesso a direitos e serviços é importante falar no ponto transversal que é o idioma.

- Boa Prática: Projeto “Rota de Direitos” realizado no Rio de Janeiro por meio da Defensoria Pública. Evento itinerante em que são articuladas várias secretarias para fazer mutirões de atendimentos, também para migrantes e refugiados. Nesses eventos também são feitas capacitações para profissionais que atendem nos serviços.
- **Terminologia**
 - Sugere a revisão de termos a serem utilizados na política, como “Integração Local”, “Migrações regulares e ordenadas”, “Boas Práticas”. Em especial ao termo “Integração Local” aponta ser importante definir integração ao quê? O termo também carrega o seu oposto, que é a desintegração.
 - Necessário problematizar termos de integração, boas práticas, soluções duradouras que não traduzem o dia a dia dos migrantes.
- **Atendimentos**
 - Migrantes relatam sofrer traumas pelo mal atendimento nos serviços públicos, como, por exemplo, nos atendimentos na Polícia Federal.
- **Vulnerabilidades**
 - Normalmente os migrantes e refugiados chegam em situações de extrema vulnerabilidade e acabam disputando as mesmas necessidades da população brasileira. Como exemplo, disputas por vagas em abrigos e albergues. Isso faz com que se aumentem os casos de xenofobia e preconceito com a população migrante, refugiada e apátrida.
 - Fomentar um atendimento pensado nas diversas vulnerabilidades, em especial a crianças, mulheres e idosos.
- **Capacitação de Servidores**
 - Programas de capacitação com a temática do enfrentamento à xenofobia e preconceitos, tendo como público-alvo os agentes públicos, com especial atenção a servidores que trabalham no atendimento direto à população migrante, refugiada e apátrida.
 - Bem como criação de cursos de idiomas voltados para servidores que atendem na ponta.
 - Quando se pensa em capacitação de servidores, tem-se uma realidade distinta de servidores públicos que atuam na ponta em capitais e em cidades do interior. Tanto em termos de estrutura, quanto de capacitação profissional.
 - Os cursos e capacitações existentes para servidores (Ex.: ENAP) não atendem as demandas dos profissionais da ponta. Faz-se necessário pensar em quais formas de capacitações atendem.
 - Dificuldade de atuação e capacitação para servidores de municípios que se encontram distantes da estrutura do governo estadual.
 - As capacitações voltadas para servidores precisam entender as necessidades desses profissionais.
- **Intérpretes Comunitários**
 - Capacitações de intérpretes comunitários para compreender as vulnerabilidades das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
 - Contratação e disponibilização de intérpretes nos equipamentos de atendimento.
- **Atenção Intercultural**

- A ausência de atendimentos culturalmente competentes pode ocasionar erros no diagnóstico, desconfiança e não adesão ao tratamento por parte do migrante.
- **Saúde**
 - Consolidar e ampliar ações de prevenção e promoção por meio de campanhas, programas permanentes e canais de comunicação voltados para a população migrante;
 - Garantir respeito à diversidade cultural, religiosa e às práticas tradicionais de autocuidado em saúde;
 - Incluir nos prontuários de atendimento o campo “nacionalidade” para que possam compreender o perfil dos migrantes atendidos e, assim, organizar políticas públicas culturalmente adequadas;
 - Promover ações de educação e sensibilização permanentes para servidoras/es públicos/as e demais atores relevantes acerca do parto humanizado e da assistência pré-natal, em consideração à diversidade de culturas e costumes das mulheres migrantes;
 - Implementar grupos de trabalho sobre "saúde da população imigrante", incluindo a participação de gestoras/es, profissionais de saúde e população imigrante, com o objetivo de promover a formação, sensibilização e desburocratização no acesso a serviços públicos de saúde;
 - Articulação e criação da Política Nacional de Saúde.
 - Superou-se a barreira da necessidade de documentos para atendimento na atenção primária, mas para atendimentos na atenção secundária a falta de documentação ainda é um entrave, principalmente para vagas em cirurgias e em procedimentos mais complexos.
 - Atentar ao recorte cultural para questões relacionadas à saúde reprodutiva da mulher, principalmente no que tange à contracepção e parto. Atenção especial também para mulheres indígenas Warao.
- **Educação**
 - Criação de protocolos e planos de atendimento do aluno migrante visando orientar o acolhimento na rede de ensino e a integração de estudantes, docentes e demais membros da comunidade no ambiente escolar.
 - Ampliar e institucionalizar a qualificação continuada de profissionais atuantes em todos os níveis e cargos do sistema de ensino público sobre métodos de educação, didáticas e pedagogias relacionadas aos temas de migração e direitos da população migrante, incentivando a participação por meio de certificação, inclusão de pontuação para plano de progressão de carreira e oferta da modalidade de ensino presencial e à distância.
 - Boa prática: Plano de Ação Educacional para atendimento, acolhimento e integração escolar dos indígenas migrantes da etnia Warao na educação infantil, desenvolvido na cidade de Goiânia, que contempla pilares essenciais para garantir mais possibilidades de integração local para seus discentes e familiares.
 - Dificuldades dos migrantes em encontrar um ambiente escolar e/ou universitário acolhedor.
 - Criar políticas de incentivo para que as instituições de ensino (fundamental, médio e superior), para que haja parâmetros para que as escolas possam se inserir na grande tarefa de receber, acolher e integrar.
 - Boa prática: UFABC conta com implementação de ações afirmativas (ingresso e permanência) para pessoas com vulnerabilidade. Ainda que seja necessário pensar na definição de vulnerabilidade.

- Flexibilização na documentação exigida para matrícula no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), principalmente quando a pessoa não tem alguma documentação anterior sobre estudo, para não a fazer regressar desde o início aos seus estudos.
- Número de vagas em creches públicas (problema não apenas para migrantes) e necessidade de pensar a ampliação de parcerias com creches particulares para dar conta da demanda, pois impacta no ingresso de mulheres no mercado de trabalho.
- Flexibilização do calendário escolar para que possam fazer a matrícula ao longo de todo o ano.
- Falta de vagas em creches. Sugere-se a ampliação de vagas em creches, para que as mulheres migrantes possam também se incluir produtivamente.
- Dificuldade de migrantes acessarem o ensino superior.
- **Assistência Social**
 - Implementação de Centros de Acolhida Especial 24h para Famílias destinados à população migrante, de acordo com a demanda observada, assegurando o atendimento emergencial.
 - Criação de centros permanentes de acolhimento com disponibilização de vagas específicas em casas de passagem para migrantes em acolhimento institucional.
 - Boa Prática: Centro Permanente de Acolhimento a Refugiados e Imigrantes, na cidade de Esteio/RS.
 - Entraves documentais para migrantes idosos acessarem as Instituições de Longa Permanência (ILPIs).
 - Facilitação do acesso para isenção de taxas fúnebres, principalmente para enterro. Principalmente no que tange à necessidade de familiar para requerer o armazenamento e enterro, principalmente quando se fala em rituais diferenciados ao velório.
 - Criação de mais Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), tanto em âmbito municipal, quanto estadual e federal, para que se transversalize o atendimento a migrantes.
 - Apesar dos protocolos organizados pelo SUAS na área de migração e refúgio (haitianos e venezuelanos), os equipamentos (CRAS, CREAS, CENTRO POP, Acolhimento institucional) contam com profissionais da assistência que não entendem o que representa um migrante/refugiado e tudo que se relaciona e evidencia o refugiado.
- **Emprego e Renda**
 - Que a política assegure a possibilidade de participação de migrantes nos concursos para acesso a cargos e empregos públicos, seja na Administração Direta ou Indireta, e fomentar a contratação dos mesmos pelas entidades parceiras, em especial nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, cultura, trabalho, desenvolvimento econômico e assistência jurídica.
 - Fortalecimento da cooperação internacional ao realizar acordos bilaterais/multilaterais em matéria previdenciária, trabalhista e acadêmica (validação de diplomas e certificados).
 - Desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão laboral de mulheres migrantes, especialmente as chefas de família monoparental, tal como maior disponibilidade de vagas para seus filhos em creches de período integral.
 - Boa Prática: Coletivo Uniformes – coletivo de migrantes apoiado na cidade de São Paulo, considerado um dos melhores fornecedores de

uniformes da prefeitura de São Paulo. Trabalho foi realizado com propósito de integração cultural, com coleção desenvolvida pelas empresárias com apoio de uma escola afro-indígena. Os uniformes criados contam com a história das mulheres migrantes, em especial, as bolivianas.

- Fomento de boas práticas, com criação do “Selo Nacional” para empresas que adotam boas práticas de empregabilidade de migrantes e refugiados.
- Não limitação a brasileiros em editais públicos, especialmente na área da educação.
- Poucas iniciativas de cursos para que migrantes possam aprender português.
- Necessidade de atenção para quais tipos de vagas que estão sendo disponibilizadas para migrantes. Ações de acompanhamento às empresas que contratam migrantes, para verificar se respeitam a legislação trabalhista e se estão preocupadas com a integração de migrantes no ambiente de trabalho.

- **Empreendedorismo**

- Lacuna de políticas públicas pensadas no micro empreendedorismo de migrantes.
- Integração econômica de migrantes por meio do empreendedorismo, a exemplo das Sociedades com Propósitos Específicos (SPEs) precisam virar política pública.
- Boa prática: Sociedade com Propósito Específico (SPE): união de Microempreendedores Individuais para formar um coletivo com o propósito específico de atender uma licitação.
- Empreendedorismo tem sido uma solução muito apresentada para migrantes, no entanto eles recebem baixo apoio financeiro e estão ficando adoecidos, cansados e endividados.
- Há dois caminhos para migrantes que se encontram na fronteira: 1) empreendedorismo com baixo apoio financeiro; 2) interiorização focada para frigoríficos.
- Se empreendedorismo for uma solução, o Estado precisa fazer acompanhamento e liberar crédito.

- **Compra Pública**

- Prefeituras, por meio da compra pública, ao invés de fazerem licitações (e ganhar uma fábrica da China), hoje a licitação permite que um pequeno grupo de costureiras MEIs se reúnam num coletivo.

- **Infraestrutura**

- Criação de postos avançados de atendimento humanizado aos Migrantes que incluam: Recepção a pessoas deportadas e não-admitidas, através de uma metodologia de atendimento humanizado a esses migrantes, identificando possíveis vítimas de tráfico de pessoas, oferecendo, conforme cada caso, um acolhimento através de uma rede local.

- **Desenvolvimento de Campanhas**

- Desenvolvimento de campanhas locais para informar aos passageiros, sobre como se prevenir do tráfico de pessoas e como obter suporte, através dos consulados brasileiros e de outras organizações no exterior no caso de sofrerem alguma violência.
- Criação de cartilha padronizada com direitos básicos, para ser entregue no momento de entrada de migrantes no Brasil.

- Importante que migrantes e refugiados saibam sobre todos os programas da assistência social e do SUAS que estão disponíveis, não apenas sobre o bolsa família. É necessária a divulgação de informações para que migrantes tenham acesso aos diferentes serviços disponíveis.
- **Agentes Públicos**
 - Pensar em não criar novos grupos de agentes (Ex. Saúde), para não ser mais um agente visitando as famílias. Sugere avaliação dos questionários já aplicados pelos agentes de saúde, que podem dar subsídios para as outras políticas. Ex.: Agentes de saúde já são pessoas de confiança e sabem, por exemplo, que há pessoas migrantes e refugiadas que estão em depressão por não terem emprego. Por meio desses questionários, seria possível identificar lacunas e desenvolver políticas.
- **Recepção de migrantes**
 - A recepção de migrantes e refugiados que chegam ao Brasil deveria ser pela “sala de visita”, com acolhimento solidário e atendimentos realizados por profissionais capacitados para o acolhimento humanitário.
- **Revalidação de Diplomas**
 - Na prática, a validação encontra muita resistência, principalmente em áreas que não têm tanto envolvimento com a realidade de migrantes, que muitas vezes criam entraves desnecessários para que haja revalidação.
 - Pensar no que já existe em termos do MEC (Plataforma Carolina Bori) e revisar os procedimentos para efetivamente facilitar a vida de migrantes que buscam a revalidação.
 - Falta de parâmetros para revalidação de diplomas de ensino médio, que tem sido um obstáculo para o ingresso na graduação. Necessário um parâmetro sobre o que é exigido e o que pode ser flexibilizado. (Ex.: Estácio tem vagas específicas para migrantes e refugiados e eles não conseguem fazer a matrícula).
 - A dificuldade de revalidação de diplomas impacta diretamente no trabalho da população migrante. Além disso, há dificuldade em se contratar migrantes em áreas específicas como direito, psicologia e assistência social, tendo em vista que são áreas regularizadas por conselhos.
 - O custo para revalidação é uma das dificuldades encontradas pelos migrantes. Para além das dificuldades comuns encontradas em todas as áreas, na área da saúde a revalidação aparece de forma mais destacada. É praticamente impossível revalidar diploma na área da saúde.
- **Operação Acolhida**
 - O programa de interiorização da Operação Acolhida leva, em sua maioria, migrantes pra cidades pequenas, que não têm uma estrutura física e humana adequados para atendimento.
 - Faz-se necessário debater o programa de interiorização da Operação Acolhida. Há muitos casos de Interiorização de vagas de trabalho que direcionavam migrantes diretamente para vagas em trabalho escravo.
- **Especificidades Regionais**
 - Pensar como os perfis dos 5 eixos temáticos do GT dialogam com as diferentes realidades e especificidades das regiões e municípios brasileiros. Precisa-se pensar também nas especificidades das cidades de fronteira e cidades gêmeas, por exemplo.

- Pensar na diversidade regional e dos interiores em relação às políticas mais maduras e desenvolvidas nas capitais do país.
- **Moradia**
 - Não há política de moradia efetiva e a população migrante acaba sendo muito impactada, tanto para quem precisa de atendimento emergencial, quanto a longo prazo, quando as pessoas não conseguem vagas fixas nos serviços de acolhida.
 - Migrantes recorrem às ocupações por diferentes motivos. Nessas ocupações a população migrante fica perdida no que é direito dela em relação ao local em que está, bem como fica sujeita a diferentes tipos de violência.
 - Criação de vagas de acolhida emergenciais, mas também de longa duração. Para que migrantes não fiquem em um ciclo de vulnerabilidades.
- **Especificidades populacionais**
 - Pensar que o grupo de migrantes não é homogêneo, nem em termos de forma e motivação de deslocamento. Além disso, dentro desse grupo há diferenças de gênero, geração e etnia, o que impacta fortemente nas políticas públicas que precisam ser pensadas para inclusão de cada um desses grupos.
- **Transversalidade**
 - Aspectos transversais a todas as áreas que precisam ser pensados: 1) Desconhecimento das pessoas que atendem na ponta; 2) Desconhecimento por parte da população de migrantes atendida; 3) Idioma; 4) Cultura; 5) Urgência do deslocamento faz com que migrantes não consigam trazer todos os documentos, o que dificulta o acesso aos direitos.
 - Soluções transversais: 1) Capacitação dos agentes que atendem na ponta; 2) Cartilhas e instrumentos de orientação para migrantes; 3) Materiais traduzidos para outros idiomas e cursos de português; 4) Atendimento culturalmente sensíveis.
- **Migrantes Indígenas**
 - Dificuldade em encontrar respostas mais duradouras para além do abrigo institucional. Faz-se necessário reconhecer os valores próprios de cada etnia.
 - Criação de comitês próprios para indígenas com transversalidade com outras temáticas.
 - Envolver o Ministério dos Povos Indígenas nos GTs da Política Nacional para transversalizar com a pauta do refúgio, migração e apatridia.
 - Incluir a pauta da migração, refúgio e apatridia nas secretarias e comissões que já existem, como na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Intercorrências (*apenas se for necessário relatar algo*): A lista de presença não foi salva automaticamente pelo MS Teams. Foi possível fazer uma lista com os participantes do chat, podendo ter faltado algum presente na lista final.

LISTA DE PRESENÇA

1. Alexandre Branco-Pereira – FENAMI

2. Álvaro Lima -
3. Ana Laura Anschau - Relatoria
4. Ângela Vasconcelos - UFF
5. Barbara Pereira dos Cravos - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
6. Bela Feldman - Academia
7. Brunela Vicenzi - UFES
8. Camila Sombra - ACNUR
9. Cintia Freitas - CERAM
10. Débora Alves – Cáritas RJ
11. Debora Tito Farias - MPT
12. Duval Magalhães Fernandes – UFMG
13. Elaine Cristina Schmitt Ragnini - Academia
14. Eliane – FONACCERAM
15. Eugênio Guimaraes - OIM
16. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner - MJSP
17. Gilberto Rodrigues – UFABC
18. Hermes Moreira Junior – UFGD
19. Ieda Giriboni de Melo e Silva – Ceram/RN
20. Igor Rodrigues -
21. Janaina de Melo Galvão Viana - Acnur
22. Laís Yumi Nitta - MJSP
23. Larissa Fernanda Machado Eloia Sales
24. Marcelo Torelly - OIM
25. Marlise Rosa - Especialista
26. Padre Agnaldo – SJMR
27. Patricia Mollo - MEC
28. Paulo Illes – Coordenador (MJSP)
29. Renan Duarte dos Santos -
30. Rivana Ricarte – ANADEP (DPE)
31. Rosana Baerenger - Especialista
32. Sergio Miletto – Alampyme
33. Sofia Zanforlin – UFPE
34. Thais La Rosa - OIM
35. Thales Egídio Dantas – FONACCERAM
36. Thamara Thome (SEFRAS/CRAI)
37. Truyitraleu Tappa - MJSP
38. Vanessa Tarantini - ACNUR
39. Víctor del Vecchio - FONACCERAM

REUNIÃO 13/03/2023

I. Identificação

- a. **Modalidade:** Grupo de Trabalho
- b. **Eixo:** EIXO II – Integração Local
- c. **Data da reunião:** 13/03/2023
- d. **Membros do Eixo presentes:**

- (X) Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
- (X) Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS
- (X) Ministério da Saúde - MS
- (X) Ministério da Educação - MEC
- () Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- () Ministério das Cidades - MCID
- () Ministério dos Portos e Aeroporto - MPA
- () Ministério Público do Trabalho - MPT
- (X) Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes - FONACCERAM
- () Defensoria Pública do Estado - DPE
- () Ministério Público Estadual - MPE
- (X) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR
- (X) Organização Internacional para Migrações - OIM
- (X) Academia
- (X) Ass. Latinoamericana de Micro, Pequena e Média Empresa - Alampyme
- (X) Frente Nacional pela Saúde de Migrantes - Fenami
- (X) Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte – CERAM
- (X) Cáritas Rio de Janeiro
- (X) Serviço Pastoral do Migrante
- (X) Ação Social Franciscana - SEFRAS
- (X) Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados - SJMR
- (X) Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD

- e. **Coordenador do Eixo:** Paulo Illes e Laís Yumi Nitta
- f. **Relatora do Eixo:** Ana Laura Anschau (OIM)
- g. **Forma de realização da reunião (presencial ou online):** online, via teams

II. Relatoria

1. **Participante com a fala/ organização:** Niusarete Margarida de Lima - MDS
Tema de discussão: Visita à Operação Acolhida em Roraima
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

- Sugere tirar dentro de cada eixo algumas representações para conhecer o que já está sendo feito em Roraima, para entender todos os eixos e para não “empezar desde zero”. Muitas ações já estão sendo realizadas, mas há ainda coisas a melhorar, principalmente na área da relação com municípios e estados. Reforça a importância de, pelo menos, um representante de cada eixo de conhecer *in loco* o que está sendo feito.

- Menciona a diferença em se acompanhar os migrantes chegando na origem, e um número menor de migrantes chegando nos municípios.

2. **Participante com a fala/ organização:** Paulo Sérgio Almeida – ACNUR

Tema de discussão: Integração; coleta de dados; português como língua de acolhida; políticas locais de migração; especificidades dos grupos populacionais; mecanismos de participação social.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Quando se fala em integração, tem-se no Brasil uma legislação bastante garantista. Em tese, a lei não apresenta barreira normativa e as pessoas, principalmente refugiadas, podem chegar no país, trabalhar, ter acesso à saúde, educação, entre outros. Na prática, para todos os grupos, migrantes, refugiados, solicitantes e apátridas, encontram obstáculos que, se não tiver uma política e programa de integração, como o que está sendo construído, essas pessoas vão ficar para trás.
- Embora a educação e a saúde sejam públicas e o acesso à área de trabalho seja livre, sabemos que as pessoas precisam ter um itinerário, um programa, ações que visem a que elas possam ser visibilizadas pelas políticas públicas e com isso conseguir fazer os devidos acessos.
- Destaca que refugiados e migrantes têm os mesmos direitos, mesmos direitos humanos, que são universais, liberdades fundamentais, que devem ser respeitados independente se são refugiados, solicitantes, migrantes. Temos por obrigação assegurar, proteger e cumprir esses direitos.
- A população refugiada muitas vezes tem questões que são próprias dessa população. Uma população que não pode acessar sua documentação no país de origem, acaba rompendo as ligações com o país de origem. O tema de comprovação de estudos e experiências não conseguem ser recuperados (Ex.: universidade foi bombardeada em uma guerra). É fundamental que, para estas questões, seja dado o devido endereçamento na política e programa como previsto na legislação brasileira sobre refúgio.

Propostas de melhoria:

- Salaria que é importante que na Política Nacional sejam mencionadas as especificidades dos grupos populacionais, pois esses têm características específicas, legislação própria e que, portanto, é fundamental que sejam refletidos nas políticas e programas que venham a ser estabelecidos. Existem particularidades, complementariedades jurídicas, situações específicas que se não forem explicitadas, essas pessoas acabam ficando invisibilizadas. Fundamental que as políticas sejam direcionadas a todas essas populações, sejam migrantes, refugiadas ou apátridas.
- É fundamental que haja mecanismos que promovam a articulação e o diálogo contínuo entre os três níveis da federação (união, estados e municípios).
- Sugere que haja, de alguma forma, incentivo ao estabelecimento também de políticas locais para integração, com mecanismos e diretrizes que possam apoiar a construção dessas políticas locais.
- Menciona a importância de que a Política Nacional possa abarcar também o tema da participação social, o tema da transversalidade dessas políticas, com conselhos e comitês estaduais e municipais, de políticas para migrantes, refugiados e apátridas. São essas instancias que muitas vezes vão fazer o acompanhamento e monitoramento, vão ter o viés de participação social, promover a transversalidade dessas políticas.

- Propõe que a Política Nacional preveja um apoio para que estados e municípios tenham presença significativa de refugiados, migrantes e apátridas, possam estabelecer conselhos e comitês, que tenham a possibilidade de estabelecimento, no sentido de haver orçamento regular para que os conselhos possam funcionar.
- Menciona ser fundamental a realização periódica das Conferências Nacionais de Migrações e Refúgio (COMIGRAR). Que sejam realizadas periodicamente para que as políticas públicas possam ser atualizadas, para que a população seja ouvida, para que ajustes possam ser realizados e, portanto, que haja a real implementação na prática das diretrizes, políticas e programas. As conferências são fóruns públicos amplos e regulares, a participação de diferentes segmentos sociais é fundamental e com isso entende-se que podemos avançar nas políticas de integração local nos três entes federativos (união, estados e municípios).
- Menciona a importância de um programa governamental para capacitação contínua de servidores públicos, pois percebe que uma das questões que mais gera dificuldade na ponta é que os servidores públicos não conhecem essa população, muitas vezes adotam vieses que não são os mais adequados e, portanto, menciona ser fundamental que haja programas regulares e permanentes de capacitação de servidores públicos.
- Destaca a importância de ser haver previsão orçamentária para que os programas e políticas sejam implementados, sugerindo que, de alguma forma, a disponibilidade de recursos financeiros seja vinculada à presença de refugiados, migrantes e apátridas nos municípios e estados. Uma linha específica no orçamento da União é fundamental para que haja a implementação da política pública, a presença nos Planos Plurianuais.
- No que tange a tipificação do tema de migrantes, refugiados e apátridas nos serviços de assistência social, menciona a importância de que isso seja incluído de forma permanente na política de assistência social.
- Defende ser fundamental que haja instrumentos públicos de coleta de dados, seja no âmbito do SUS ou do SUAS, com recorte de gênero, nacionalidade, etnia, status documental. É preciso que haja indicadores para medir se as políticas estão avançando no sentido de que a integração esteja acontecendo ou não.
- Destaca a importância dos CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes), como órgãos fundamentais para a implementação de programas de integração, sendo, portanto, equipamentos essenciais para apoiar a integração dessas populações.
- Sobre os cursos de português, menciona que é preciso haver um programa público de oferta de cursos de português, pois isso é essencial na integração das pessoas. Não se pode pensar que as pessoas que não falam o idioma irão conseguir se integrar de forma adequada. Sugere que haja um programa público de estruturação dessa política sobre o ensino do português como língua de acolhida.

3. Participante com a fala/ organização: Roberto Saraiva – Serviço Pastoral dos Migrantes

Tema de discussão: Indígenas Warao; português como língua de acolhimento.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Menciona que a integração é feita nos estados e nos municípios.
- Especificamente em relação à atenção às questões de indígenas Warao, destaca ser um tema diferenciado dentro da discussão da migração. Percebe um

esforço muito grande da sociedade civil no acolhimento aos migrantes e refugiados indígenas nos estados. Os Warao não foram interiorizados inicialmente pela Operação Acolhida e com isso, eles mesmo se interiorizaram e criaram mecanismos de interiorização. No entanto, ao chegar nos estados, os estados não estavam preparados, “nem para receber migrantes e refugiados, muito menos para receber indígenas. Isso teve um nível de dificuldade e um novo *modus* de violação de direitos desses povos que tem culturas diferentes, muitos nem sequer falam espanhol.” Essa acolhida aos indígenas é uma acolhida que precisa ser diferente e necessita muito que a secretaria/diretoria se debruce sobre ela por uma importância de fazer um acolhimento e atender a legislação internacional a respeito do tratamento com os povos indígenas.

- Questiona por que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEIS), destinados a atender os povos indígenas no Brasil, não atendem também aos Warao?

Proposta de Melhoria:

- A educação é um aspecto fundamental. Aprender português é importante, mas pensa que deveria pensar em discutir e avançar em uma câmara técnica da educação, para que as fronteiras também tenham ensino de espanhol, pois “ficamos isolados nas relações com o mundo latino, com quem fazemos fronteira.”
- Destaca a necessidade de que a Sociedade Civil seja ouvida.
- Destacou a importância da valorização dos CRAI.

Boas práticas:

- O Serviço da Pastoral dos Migrantes tem feito um esforço muito grande na integração de migrantes e refugiados, com o acompanhamento de sete casas com algumas parcerias pontuais e outras mais significativas, inclusive com OIM em Santa Catarina, Paraíba e Fortaleza.

4. **Participante com a fala/ organização:** Clarissa Teixeira Araújo do Carmo – Ministério de Direitos Humanos

Tema de discussão: Canais de escuta, denúncia e ouvidoria; especificidades dos grupos populacionais.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Acredita que o grande exercício da Política Nacional será fazer com que ela seja de fato efetiva, que consiga ser implementada com os recursos que o estado brasileiro tem, nas unidades da federação (municípios, estados e governo federal), com apoio das Organizações Internacionais e de Organizações da Sociedade Civil.
- O desenho de ações locais é, muitas vezes, muito bom em termos de boas práticas, mas questiona como elas podem ser replicadas e potencializadas considerando a falta de dados ou a dificuldade de se acessar os dados de forma mais unificada e sistematizada.
- Destaca que hoje estamos com fluxos mistos de migração no Brasil, que tem pessoas acolhidas por diversos marcos legais, que também demandam de suas especificidades. Faz-se necessário pensar em como garantir que a política, que vai trazer diretrizes amplas, possa ser revisada e acompanhada e possa dar lugar de fala para o atendimento e conhecimento dessas demandas.

Proposta de Melhoria:

- Sugere não apenas olhar para as categorias migratórias em termos de regularização documental, mas para as especificidades das vulnerabilidades que se sobrepõem, como é o caso da população

índigena migrante. Além do grupo de migrantes indígenas, podem ser mencionados os migrantes em situação de rua, migrantes vítimas de contrabando ou de tráfico de pessoas, migrantes que estão no Brasil e que sofreram qualquer tipo de violência ou discriminação.

- Criação de mecanismos de escuta: como uma política poderia dar conta? Questiona se a política poderia prever algum canal de recebimento de demandas/denúncias, para que pudesse haver esse mecanismo de adaptação dos planos (municipal, federal e estadual) com relação ao acolhimento e à integração.
- Há o instituto da Acolhida Humanitária e acredita ser importante que “sejam pensadas políticas públicas de integração que consigam refletir sobre o que estamos chamando de acolhida humanitária? Quais são as especificidades que migrantes acolhidos com uma residência no Brasil, com base no respaldo legal da acolhida humanitária, quais seriam as especificidades desses grupos?”
- Mencionou sentir falta de algo relacionado ao monitoramento de violências, de canais específicos como delegacias de mulher, para que seja possível se ter um olhar mais especializado de um contexto feminino de violência. Sugere que talvez seja interessante que a política incorpore algo relacionado a esse acompanhamento de violências no sentido amplo, de xenofobia, racismo, discriminação, violência física e psicológica, relacionadas à condição do migrante internacional ou mesmo do brasileiro que possa ter sido vítima de tráfico humano fora do Brasil, pensando em como atender, acolher e integrar e reintegrar.

Outros pontos apresentados:

- Questionou em qual momento serão discutidas as respostas? Como os participantes irão saber o que vai entrar no relatório final?
- Mencionou que são muitas as contribuições, muitas delas sendo afins, mas questiona se irá ter um momento de reflexão mais do que descrição?

5. **Participante com a fala/ organização:** Brunela Vicenzi – CSV/UFES

Tema de discussão: Concursos públicos para migrantes; cursos de português; ENCEEJA.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Sobre as delegacias especializadas, acredita que é um problema do federalismo, pois em alguns estados há delegacias de combate ao racismo e acredita que é ali que deveria ser feita a notícia crime do crime de xenofobia. No entanto, a delegacia é de competência da polícia civil, que “está dentro da jurisdição do estado, e com isso precisaríamos organizar, dentro do pacto federativo, isso é um problema.”

Proposta de Melhoria:

- Reiterou a necessidade de concursos públicos para servidores que falam espanhol, principalmente para atuar nos equipamentos.
- Sugere focar não apenas em cursos de português, mas que isso seja uma política de governo e não questão de voluntariado sem sistematização e sem compromisso eficaz.
- Sugere que seja pensado na ampliação dos CRAS para atendimento a migrantes ou na implementação de CRAIS como sendo modelos de centros de referência.
- Levantou o debate que teve no eixo III, sobre o ENCEEJA, uma vez que “parece que a solução que será adotada é que o certificado de conclusão

de ensino médio para ingresso nas universidades ou para comprovar que aquela pessoa conclui o ensino médio.” Sugere que se pense em uma forma de acolher os migrantes de forma mais digna, tendo em vista que as pessoas migrantes precisam fazer uma prova sobre história do Brasil no ENCCEJA, ou do ENEM, ou de geografia do Brasil. No seu ponto de vista, isso viola a dignidade humana e vários outros direitos, pois não reconhece o diploma dessas pessoas, e ao mesmo tempo impõem uma prova em português de história e geografia do Brasil.

Outros pontos apresentados:

- Questionou como estão as conversas do ACNUR com o MEC sobre a resolução para a revalidação de diplomas na Plataforma Carolina Bori.

6. Participante com a fala/ organização: Patrícia Mollo – MEC

Tema de discussão: Educação

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Dentro da pauta da educação e direitos humanos, a SECADI tem um vínculo muito próximo com o MDH por meio do Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos e também um vínculo muito grande com uma das diretrizes do Conselho Nacional de Educação que fala sobre diretrizes de como os sistemas de ensino devem tratar a pauta de educação em direitos humanos, englobando a questão dos migrantes, refugiados e apátridas.
- Destaca que aquele que vem para o Brasil, traz a sua cultura e quando ele pisa no território o território toma um novo significado e isso é algo muito rico, que também pode ser refletido dentro das escolas.

Proposta de Melhoria:

- Sugere que, no desenho da política, seja pensado como será a articulação federativa entre os entes e como os equipamentos das várias políticas podem contribuir para potencializar essa rede horizontal que geralmente ocorre nos municípios. Pensando um pouco sobre a educação, destaca que ela tem um regime colaborativo, mas tem as atribuições específicas para os estados e para os municípios.
- Destaca que o desenho da articulação federativa na política é algo muito importante, considerando os equipamentos diversos e o desenho de cada articulação para cada pauta social. Considerando a assistência social, mas sabendo que a educação tem um desenho próprio de articulação federativa e é muito importante o trabalho colaborativo.

Outros pontos apresentados:

- Está representando a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão), uma secretaria com cinco diretorias e que conta com uma coordenação geral ligada diretamente com a secretária, que é a Coordenação Geral de Educação e Direitos Humanos. O tema das migrações entra como um tema que é próprio à pauta de educação e direitos humanos.
- Quando do pedido do GT, de envio de observações, fizeram o envio pelo formulário situando o trabalho na SECADI. Para assuntos que extrapolarem a competência do SECADI, o MEC irá se organizar internamente.

7. **Participante com a fala / organização:** Débora Alves – Cáritas RJ

Tema de discussão: Dificuldades de acesso a direitos; elaboração de materiais informativos; capacitações e ações de sensibilização.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Resgata a fala do Paulo Sérgio, quando fala da legislação, de ser uma legislação ampla e garantista. Na prática, “eles” (migrantes, refugiados e apátridas), enfrentam algumas dificuldades. Têm direito de acessar todos os serviços, mas em geral os migrantes, refugiados e apátridas chegam ao território brasileiro em situação de vulnerabilidade.
- O BPC é um direito, mas muitas vezes há questões que são empecilhos para essa garantia. Também o site “meu INSS”, para dar a entrada em benefícios, é uma dificuldade grande para eles compreenderem. Sugere simplificar o sistema ou fazer alterações para facilitar.

Proposta de Melhoria:

- O acesso à política de assistência social é fundamental, em especial pensando em espaços de acolhimento institucional específico para essa população pois sabe-se que têm especificidades.
- Sugere que se tenha, dentro do Cadastro Único do governo federal, um campo para identificação de migrantes, refugiados e apátridas para que seja possível fazer um mapeamento e saber onde estão, quais as vulnerabilidades dessas pessoas e para pensar em estratégias de políticas de atendimento.
- Desenvolvimento de material informativo sobre o SUAS que, assim como o SUS, é uma política específica, que é diferente dos outros países e muitas vezes não são de conhecimento dos migrantes.
- Sugere que seja pensado: “como a pessoa migrante consegue de fato fazer a integração?”, “como passar a não necessitar mais de apoio governamental e nem de apoio de outras instituições e garantir o seu sustento por conta própria, seja por emprego formal ou por empreendedorismo?”.
- Pensar em incentivos para as empresas contratarem migrantes e refugiados. Também desenvolver orientação para as empresas privadas sobre documentação e para que flexibilizem a exigência de documentos, principalmente de comprovação de escolaridade e de experiência de trabalho, que em geral eles não conseguem trazer. Também, que sejam realizadas ações de sensibilização com as empresas para que possam entender os benefícios de se contratar migrantes e refugiados, fluentes em outros idiomas e que têm experiências.
- Sugere a realização de capacitações para os profissionais que atuam nos SINE e nos espaços mais específicos de busca de trabalho, bem como a contratação de migrantes e refugiados para que possam realizar atendimentos no SINE.
- Sugere que sejam desenvolvidas e disponibilizadas orientação para os migrantes para que sejam informados que podem trabalhar e que tem direitos. Também sobre como participar de processos seletivos, que provavelmente é um processo diferente do seu país de origem.
- Empreendedorismo: pensar em concessão de autorização para o comércio ambulante. Pensar como migrantes e refugiados podem vender seus produtos de forma regular em praças, eventos e em feiras e incentivar esses espaços, que não são apenas espaços de geração de

renda, mas também de cultura e trocas culturais que são muito importantes.

8. **Participante com a fala/ organização:** Ângela Vasconcelos – UFES
Tema de discussão: Tipificação no SUAS; CRAIs; Assistência Social.
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Destaca a importância da Política Nacional da Assistência Social e dos equipamentos públicos do sistema da assistência social.
- Os CRAIs são equipamentos importantíssimos, mas menciona ainda haver muitos problemas de ordem orçamentaria para definir quem mantém os CRAIs. Aponta a importância de se ter previsões orçamentárias para que esse equipamento tenha vida longa.

Proposta de Melhoria:

- Menciona ser importante a tipificação no SUAS para que abarque, de fato, migrantes, refugiados e apátridas.
- Traz a proposta de se pensar no CRAI dentro do SUAS, com orçamento da Assistência Social.

9. **Participante com a fala/ organização:** Niusarete Margarida de Lima - MDS
Tema de discussão: Tipificação no SUAS; Fortalecimento de serviços já existentes.
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Menciona que há a citação na tipificação no SUAS, mas que essa não está detalhada. Os serviços de acolhimento a refugiados e migrantes estão dentro de um serviço para adultos e famílias, mas não tem informações detalhadas. E não tendo detalhado, em alguns entes, em alguns municípios, não se tem informações para compreender que o perfil é diferente. “O perfil do imigrante não é um perfil para os serviços de adultos e famílias, que na maior parte das vezes é serviço para acolhimento de pessoas em situação de rua.”
- Em Roraima te se enfrentado dificuldades para conseguir transporte para levar as crianças migrantes para a escola, principalmente indígenas, pois há diferentes entendimentos sobre os dispositivos legais.

Pontos de Melhoria:

- Necessidade de se fortalecer os serviços e ações já existentes e as equipes nos territórios. Qualificar os gestores e as equipes de ponta, pois muitas vezes a informação fica em um nível mais de chefia, secretário e a informação não chega na ponta para o técnico que está atendendo.
- Menciona a importância de se ter detalhado o papel de cada instituição e que cada pasta assuma a sua responsabilidade de acordo com o seu mandato. Muitas vezes o trabalho fica concentrado em uma pasta e acaba não se tendo governança e governabilidade para resolver problemas.
- Anseia urgentemente pela participação do MEC no subcomitê de acolhimento e interiorização, para tratar as questões pertinentes à área da educação.

- Necessidade de se ter uma diretriz nacional para que os entes federados, de acordo com suas especificidades, implementem a Política Nacional, incorporando a questão da migração como uma realidade em nosso país. “Sofremos muito e se assustamos muito, aprendemos muito e temos um acúmulo de informações, de coisas boas e desafios.”

Boas Práticas:

- O Município de Esteio, no Rio Grande do Sul é uma referência. Abraçou a causa da migração e implementou tudo, conseguiu fazer a rede inteira trabalhar com ele. Instituiu o espanhol como segunda língua, criou a lei de migração, tem abrigos que estão acolhendo migrantes e ajudando na interiorização. Destacou que quando o gestor local abraça a causa e se empodera da informação, a coisa flui e fica mais fácil.

10. **Participante com a fala/ organização:** Thamara Thomé – SEFRAS/CRAI
Tema de discussão: Interiorização; ensino superior; cultura.
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Interiorização: Verifica que há muitos migrantes que participaram do processo de interiorização e estão querendo retornar ao seu país de origem, pois os serviços de acolhimento são extremamente disputados e o migrante se vê em situação de extrema vulnerabilidade.

Propostas de melhoria:

- Menciona ser importante pensar no ingresso no ensino superior e nos processos seletivos. Como as universidades podem facilitar e se preocupar com a pauta migratória e com as pessoas que precisam chegar nesses espaços? Pensar também que é possível que as universidades façam ajustes dentro de sua própria autonomia para poder adequar suas normativas. “Ex.: uma pessoa que chega com diploma que metade da grade é compatível com a universidade – é possível que a universidade destine algumas vagas para essas pessoas sem que passem por processo seletivo”.
- Ter um direcionamento para que as universidades possam fazer os processos de revalidação, mas também pensar no ingresso, independente se a pessoa é refugiada ou não.
- Como pensar em uma política de interiorização, se é viável ou não, sem que a pessoa, no final, não se veja em uma situação mais vulnerável ainda em outro município.
- Sentiu falta de discussões sobre o tema da cultura, que é extremamente importante, principalmente para os jovens e em ambientes urbanos.

11. **Participante com a fala/ organização:** Roberto Saraiva – Serviço Pastoral do Migrante
Tema de discussão: Documentação.
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Cultura passa muito pela compreensão do que é integração, do que é reterritorialidade e reterritorialização. Na verdade, o que acontece é a reterritorialização.
- Altos custos para se fazer o processo de regularização migratória junto à Polícia Federal, principalmente para migrantes que se encontram nas

idades do interior e que não contam com um posto de atendimento da PF.

Proposta de Melhoria:

- Sugere um realinhamento com a Polícia Federal para os atendimentos de regularização migratória. Em alguns locais há parcerias com a Polícia Federal para que instituições possam fazer a pré-documentação, o que já tem auxiliado bastante.

12. Participante com a fala/ organização: Sergio Miletto - Alampyme

Tema de discussão: Compras Públicas.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Todos os ministérios fazem repasse financeiro para os municípios para compra pública.

Proposta de Melhoria:

- Pensar em uma política de cotas que pudesse vincular o repasse financeiro dos ministérios para os municípios a compras públicas de coletivos de migrantes, como foi o caso apresentado (na outra reunião) do coletivo de São Paulo.
- A riqueza cultural poderia estar sendo trabalhada dentro das escolas como material paradidático e ao mesmo tempo fazendo inclusão.
- Aprofundar a viabilidade de vincular os recursos e repasses de todos os ministérios aos municípios, poderiam ter uma política afirmativa de inclusão econômica cidadã, de brasileiros e todos aqueles que moram aqui, inclusive os irmãos de fora.

Boas Práticas:

- Compra pública de uniformes de São Paulo de um coletivo de migrantes bolivianas: as costureiras bolivianas terem sido consideradas as melhores fornecedoras de uniforme escolar, fez com que as diretoras de escolas quisessem fazer rodas de conversa entre os migrantes e a população não imigrante e os pais para que trocassem experiências.

13. Participante com a fala/ organização: Paulo Sérgio Almeida – ACNUR

Tema de discussão: CRAIs; Revalidação de diplomas.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Acredita que os CRAIs são importantes portas de entrada para a população migrante, refugiada e apátrida, tanto para referenciamento quanto para orientações. No entanto, nada impede que haja serviços de referência no âmbito das várias políticas públicas existentes em locais com maior presença de pessoas refugiadas e migrantes.
- Em relação à Plataforma Carolina Bori, menciona que houve alguns ajustes buscando facilitar os pedidos de revalidação por pessoas refugiadas, entre elas recorda que houve a possibilidade dessas pessoas fazerem provas, exames e não a apresentação de toda a série de documentos. Porém, ainda é algo complexo, pois são feitos exames em português, e com isso pessoas recém-chegadas têm mais dificuldades.

Ainda é algo bem difícil, não é simples e continua uma situação em que precisa ter mais ações de simplificação.

14. **Participante com a fala/ organização:** Thais La Rosa – OIM

Tema de discussão: Integração e comunidades de acolhida.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Ao longo das discussões do GT sentiu falta de se conseguir desenvolver melhor a questão da conscientização e sensibilização sobre o papel das comunidades de acolhida. “Sabemos que hoje, para um processo de aculturação que seja saudável para uma pessoa migrante, a gente entende que esse processo não pode passar por uma marginalização, na qual a pessoa migrante não faz uma inserção saudável na comunidade de acolhida e acaba se integrando apenas com seus próprios pares.” Ao mesmo tempo, menciona que um processo que seja de apropriação também não é ideal. Entende que um processo mais saudável é o que chamamos de processo de integração, no sentido de poder fazer o uso daquilo que é seu e que você traz como raiz.

Propostas de melhoria:

- Menciona a importância de se aproximar os migrantes das políticas públicas existentes no país, especialmente de pensar em como conscientizar e sensibilizar a comunidade de acolhida, de uma forma mais generalizada. Seja através de capacitações e cursos (presenciais ou online) sobre o papel da comunidade de acolhida. Criando campanhas de não discriminação, combate à xenofobia e acolhimento local de migrantes. Campanhas com maior alcance, chegando nas variadas cidades e municípios em que as pessoas estão.
- Sugere que sejam promovidos eventos, feiras de coesão social, que falem sobre a coexistência pacífica entre a população migrante e as pessoas da comunidade de acolhida. Com o objetivo de sempre garantir uma efetiva integração socioeconômica através do convívio, da troca cultural, do compartilhamento de experiências para que se consiga acolher e integrar as pessoas migrantes em nosso país.

III. **Síntese** (ao final da reunião, preencher)

Número de pessoas que estiveram na presentes na reunião: 48

Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 14

Lista de temas abordados (para facilitar a identificação posterior):

- **Legislação existente**
 - Bastante garantista no texto da lei, porém são encontrados obstáculos na prática
- **Direitos Humanos**
 - Universais
 - Devem ser respeitados independente se migrantes, refugiados ou nacionais
 - Não apenas olhar para as categorias migratórias em termos de regularização documental, mas para as especificidades das vulnerabilidades que se sobrepõem, como é o caso da população indígena migrante.

- **Educação**
 - Comprovação de estudos acaba sendo difícil, pois muitos documentos ficam no país de origem, por diversas razões.
 - Pensar em discutir e avançar em uma câmara técnica da educação, para que os municípios de fronteira também tenham ensino de espanhol.
 - Revisão do ENCCEJA.
 - Educação tem atribuições específicas para os estados e para os municípios.
 - Importância de se pensar no ingresso e processos seletivos das universidades e como a universidade pode facilitar e estar preocupada com a pauta migratória e com as pessoas que precisam chegar nesses espaços.
 - Pensar que é possível que a universidade faça ajustes dentro de sua própria autonomia para poder adequar às normativas.
 - Ter um direcionamento para que as universidades possam fazer os processos de revalidação, mas também pensar no ingresso, independente se a pessoa é refugiada ou não.

- **Integração**
 - Ocorre nas cidades e nos territórios.
 - Necessidade de incentivo ao estabelecimento também de políticas locais para integração, com mecanismos e diretrizes que possam apoiar a construção dessas políticas locais.

- **Federalismo**
 - Necessário diálogo entre três níveis (federal, estadual e municipal).
 - Pensar como será a articulação federativa entre os entes e como que os equipamentos das várias políticas podem contribuir para potencializar essa rede horizontal que geralmente ocorre nos municípios.
 - Sugestão de uma diretriz nacional para que os entes federados, de acordo com suas especificidades, implementem a Política Nacional incorporando a questão da migração como uma realidade em nosso país.

- **Participação social**
 - Promover a participação social por meio de conselhos e comitês, estaduais e municipais, de políticas para migrantes, refugiados e apátridas.
 - São essas instâncias que muitas vezes vão fazer o acompanhamento e monitoramento, vão ter o viés de participação social, promover a transversalidade dessas políticas.
 - Se propõe que a Política Nacional preveja um apoio para que estados e municípios que tenham presença significativa de refugiados, migrantes e apátridas possam estabelecer conselhos e comitês, que tenham a possibilidade de estabelecimento, no sentido de haver orçamento regular para que os conselhos possam funcionar.
 - Fundamental que haja a realização periódica das conferências nacionais de migrações e refúgio (COMIGRAR).

- **Capacitação de servidores**
 - Pensar em um programa governamental para capacitação contínua de servidores públicos.
 - Uma das questões que mais gera dificuldade na ponta é que os servidores públicos não conhecem essa população (migrante).
 - É fundamental que haja programas regulares permanentes de capacitação de servidores públicos.

- Capacitação para os profissionais que atuam nos SINE e nos espaços mais específicos de busca de trabalho.
- Qualificar os gestores, as equipes de ponta, pois muitas vezes a informação fica em um nível mais de chefia, secretário e a informação não chega na ponta para o técnico que está atendendo.
- **Necessidade de recursos financeiros**
 - Para que haja a implementação de políticas é necessário ter orçamento e recursos públicos.
 - Uma linha específica no orçamento da União é fundamental para que haja a implementação da política pública, a presença nos Planos Plurianuais.
- **Assistência Social**
 - Necessária a tipificação do tema de migrantes, refugiados e apátridas nos serviços de assistência social, que ainda não tem tipificação de serviços de acolhimento específicos para migrantes, refugiados e apátridas.
 - Há a tipificação, mas essa não está detalhada.
 - O site “meu INSS”, para dar a entrada em benefícios, é uma dificuldade grande para eles compreenderem essa dinâmica e mexer no sistema. Sugere simplificar o sistema ou fazer alterações para facilitar.
 - Desenvolvimento de material informativo sobre o SUAS, pois a população (migrante) não sabe como funciona e nem que tem direito de acessar.
- **Coleta de Dados**
 - Fundamental que haja instrumentos públicos de coleta de dados, seja no âmbito do SUS ou do SUAS, com recorte de gênero, nacionalidade, etnia, status documental.
 - Desenvolvimento de indicadores para medir o que é integração e a amplitude do processo, independente da discussão, é preciso que haja indicadores para medir se as políticas estão avançando no sentido de que a integração esteja acontecendo ou não.
 - Importante para poder ter um mapeamento e saber onde estão essas pessoas (migrantes), quais as vulnerabilidades dessas pessoas, para pensar em estratégias de políticas de atender.
- **Centro de Referência e Atendimento para Migrantes (CRAI)**
 - São equipamentos essenciais para apoiar a integração dessas populações (migrantes).
- **Cursos de Português**
 - Desenvolvimento de programa público de oferta de cursos de português.
 - Sugestão de programa público de estruturação dessa política sobre o ensino do português como língua de acolhida.
 - Pensar em cursos de português como política de governo e não ações realizadas por voluntariado.
- **Indígenas Warao**
 - Há um esforço muito grande da sociedade civil no acolhimento aos migrantes e refugiados indígenas nos estados.
 - Os Warao não foram interiorizados inicialmente pela Operação Acolhida, mas eles se interiorizaram e criaram mecanismos de interiorização.

- Verifica-se um novo *modus* de violação de direitos desses povos que têm culturas diferentes, muitos nem sequer falam espanhol.
- Acolhida (de indígenas) é uma acolhida que precisa ser diferente.
- A Política Nacional precisa atender a legislação internacional a respeito do tratamento com os povos indígenas.
- Questionou-se por que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEIS), destinados a atender os povos indígenas no Brasil, não atendem também aos Warao?
- **Interiorização (Operação Acolhida)**
 - Ao chegar nos estados, os estados não estavam preparados, nem para receber migrantes e refugiados, muito menos para receber indígenas.
 - Muitos migrantes interiorizados apresentam o desejo de retornar ao seu país de origem.
 - Como pensar em uma política de interiorização, se esta é viável ou não, sem que a pessoa (migrante) ao final, não se veja em uma situação mais vulnerável ainda em outro município.
- **Mecanismos de escuta**
 - Pensar se a política poderia prever algum canal de recebimento de demandas/denúncias, para que pudesse haver esse mecanismo de adaptação dos planos (municipal, federal e estadual) com relação ao acolhimento e à integração de migrantes.
- **Canais de denúncia**
 - Sugestão de se pensar em canais específicos, como delegacias de mulher, para ter um olhar mais especializado.
 - Seria interessante que a política incorporasse algo relacionado a esse acompanhamento de violências no sentido amplo como xenofobia, racismo, discriminação, violência física e psicológica, relacionadas à condição do migrante internacional ou mesmo do brasileiro que possa ter sido vítima de tráfico humano fora do Brasil, pensando em como atender, acolher e integrar e reintegrar.
- **Concursos públicos**
 - Necessidade de concursos públicos para servidores que falam espanhol e/ou crioulo haitiano, para atender nos equipamentos.
- **Mercado de Trabalho**
 - Pensar em incentivos para as empresas contratarem migrantes e refugiados.
 - Orientação para as empresas sobre documentação e para flexibilizar a exigência de documentos, principalmente de comprovação de escolaridade e de experiência de trabalho.
 - Sensibilização das empresas para que possam entender os benefícios de se contratar migrantes e refugiados, fluentes em outros idiomas e que tem experiências - que por vezes não podem comprovar - mas que trazem consigo.
 - Contratação de migrantes e refugiados para o Sistema Nacional de Emprego (SINE), para que possam atuar nesses espaços, pois há pessoas capacitadas para isso.
 - Orientação para o migrante para saber que pode trabalhar (no Brasil), que tem direito.
 - Informações sobre como participar de processos seletivos, que provavelmente é diferente do seu país de origem.

- **Empreendedorismo**
 - Pensar em concessão de autorização para o comércio ambulante.
 - Pensar em como que migrantes e refugiados podem vender seus produtos de forma regular em praças, eventos e em feiras e incentivar esses espaços, que não são apenas espaços de geração de renda, mas também de cultura e trocas culturais que são muito importantes.

- **Cultura**
 - É extremamente importante para jovens.
 - O papel da cultura é muito importante, principalmente em ambientes urbanos.
 - A questão da cultura passa muito pela compreensão do que é integração, do que é reterritorialidade e reterritorialização.
 - A riqueza cultural poderia estar sendo trabalhada dentro das escolas como material paradidático e ao mesmo tempo fazendo inclusão.

- **Documentação**
 - A documentação é fundamental para se fazer a reterritorialização.
 - Sugere-se que dentro da Política Nacional é preciso realinhar com a Polícia Federal o atendimento a migrantes e refugiados.
 - Verificou-se que em alguns lugares se consegue fazer um bom alinhamento e diálogo com a Polícia Federal, principalmente para fazer a “pré-documentação”.

- **Compras Pública**
 - Todos os ministérios fazem repasse financeiro para os municípios. Pensar em uma política de cotas que possa vincular esse repasse a compras públicas de coletivos de migrantes, como foi o caso apresentado (na outra reunião) do coletivo de São Paulo.

- **Comunidade de Acolhida**
 - Necessária a conscientização e sensibilização sobre o papel das comunidades de acolhida. Seja através de capacitações e cursos (presenciais ou online) sobre o papel da comunidade de acolhida.
 - Sugestão de se criar campanhas de não discriminação, combate à xenofobia e acolhimento local de migrantes.
 - Sugestão de se pensar em campanhas com maior alcance, chegando nas variadas cidades e municípios em que as pessoas (migrantes) estão.
 - Sugestão de se promover eventos e feiras de coesão social, falando sobre a coexistência pacífica entre a população migrante e as pessoas da comunidade de acolhida.

Intercorrências (*apenas se for necessário relatar algo*): N/A

LISTA DE PRESENÇA

1. Alexandre Branco-Pereira – FENAMI
2. Álvaro Lima
3. Ana Laura Anschau – OIM/Relatoria
4. Ângela Vasconcelos - UFF
5. Bárbara Pereira dos Cravos - MDS
6. Bela Feldmann - Academia
7. Brunela Vicenzi – CSVN/UFES
8. Cintia Freitas - CERAM

9. Clarissa Teixeira Araujo do Carmo – MDH
10. Débora Alves – Cáritas RJ
11. Elaine Cristina Schmitt Ragnini - Academia
12. Eliane – FONACCERAM
13. Eugênio Guimaraes - OIM
14. Felipe Pierezan - MS
15. Geisy Rodríguez – Instituto Maná
16. Gilberto Rodrigues – UFABC
17. Graziella Rocha - ASBRAD
18. Helion Póvoa Neto – UFRJ/NIEM
19. Igor Rodrigues
20. Janaina de Melo Galvao Viana - ACNUR
21. Jaqueline Ribeiro Silva – MEC
22. João Roberto Cavalcante Sampaio – MS
23. Juliana Rocha - OIM
24. Laís Yumi Nitta - MJSP
25. Larissa Fernanda Machado Eloia Sales - MS
26. Luciana Elena Vazquez – Consultora OIM
27. Luiz Paulo Martins de Lima - MEC
28. Marcelo Torelly - OIM
29. Michelle Barbosa Muniz Jordão – MEC/SECADI
30. Mônica Alves Silva - MDS
31. Niusarete Margarida de Lima - MDS
32. Osorio Vilela Filho - MJSP
33. Patrícia Mollo - MEC
34. Paulo Illes – Coordenador
35. Paulo Sérgio Almeida - ACNUR
36. Pedro Henrique de Moraes Cicero - MJSP
37. Renan Duarte – DSAST/SVSA
38. Roberto Saraiva – Serviço Pastoral do Migrante
39. Sérgio Miletto - Alampyme
40. SJMR Brasil – Diretor
41. Sofia Zanforlin – UFPE
42. Thais La Rosa - OIM
43. Thales Dantas – FONACCERAM
44. Thamara Thomé – SEFRAS/CRAI
45. Truyitraleu Tappa - MJSP
46. Vanessa Tarantini – ACNUR

REUNIÃO 17/03/2023

I. Identificação

a. **Modalidade:** Grupo de Trabalho

b. **Eixo:** EIXO II – Integração Local

c. **Data da reunião:** 17/03/2023

d. **Membros do Eixo presentes:**

- (X) Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP
- () Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS
- (X) Ministério da Saúde - MS
- (X) Ministério da Educação - MEC
- () Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- (X) Ministério das Cidades - Mcid
- () Ministério dos Portos e Aeroporto - MPA
- () Ministério Público do Trabalho - MPT
- (X) Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes - FONACCERAM
- () Defensoria Pública do Estado - DPE
- () Ministério Público Estadual - MPE
- (X) Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR
- (X) Organização Internacional para Migrações - OIM
- (X) Academia
- (X) Ass. Latinoamericana de Micro, Pequena e Média Empresa - Alampyme
- (X) Frente Nacional pela Saúde de Migrantes - Fenami
- (X) Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte – CERAM
- (X) Cáritas Rio de Janeiro
- () Serviço Pastoral do Migrante
- (X) Ação Social Franciscana - SEFRAS
- (X) Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados - SJMR
- () Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD

e. **Coordenadores do Eixo:** Paulo Illes e Laís Yumi Nitta

f. **Relatora do Eixo:** Ana Laura Anschau (OIM)

g. **Forma de realização da reunião (presencial ou online):** online, via Microsoft Teams

II. Relatoria

1. **Participante com a fala/ organização:** Maria Juliana Moura Correa – MS

Tema de discussão: Informe sobre o trabalho do MS

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

- A participante deu um informe quanto ao trabalho que o Ministério da Saúde está realizando para enviar as sugestões para a Política Nacional. Construíram uma portaria no gabinete da ministra para que possam preencher o formulário e trazer a temática de forma mais integrada, com todas as áreas que compõem o Ministério da Saúde.

2. **Participante com a fala/ organização:** Gilberto Rodrigues – UFABC

Tema de discussão: Terminologias

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- As terminologias que estão sendo utilizadas, como “Integração Local” e “Acolhimento” são terminologias de curso internacional. Se pensarmos os documentos internacionais aos quais o Brasil se comprometeu internacionalmente (a exemplo recente do Pacto Global para as Migrações e mantendo o compromisso com o Pacto de Pessoas Refugiadas) estes pactos têm uma terminologia de curso internacional ao qual o Brasil se filia. Menciona que isso não exclui que nós possamos problematizar essas terminologias, e possamos reinterpretá-las e ressignificá-las na nossa política nacional. Entretanto, pensa que isso deveria ser feito em uma apresentação ou preâmbulo, sem prejuízo do uso dessas impressões no documento, pois esse uso nos conecta aos regimes internacionais. Se nós adotarmos outras expressões, vamos ter um problema de o tempo inteiro ter que dizer sobre o que estamos falando.
- Acredita que pode ser arriscado adotar-se uma postura de “empreendedores terminológicos”, expressão emprestada de empreendedores normativos, que é uma expressão usada nas Relações Internacionais quando um país, ou quando um grupo de países decide mudar uma terminologia internacional. Só que isso demora anos para ser feito, precisa ser feito no âmbito multilateral. Se um país resolve fazer isso isoladamente, isso transmite uma mensagem negativa em geral, para a percepção dos atores internacionais.
- Reforça a proposição, de que sem prejuízo dessa problematização, que parece muito bem vinda, e da qual em certa medida se soma, não parece útil e apropriado que numa política nacional que está implementando leis, que está implementando convenções ao quais o Brasil já se filiou, nós procedamos algum tipo de alteração terminológica que possa causar confusão, que possa causar algum tipo de desconexão com os nossos compromissos internacionais, que são muito firmes nesse campo da migração voluntária e forçada.

Proposta de melhoria:

- Se dispõe a contribuir com o preâmbulo, com essa apresentação, para “podermos incorporar essa preocupação que se tem sobre as eventuais conotações negativas que eventuais expressões como essas podem ter, mas mantê-las no documento para que nós não percamos a mensagem positiva que a gente quer enviar à comunidade internacional, de que nós estamos firmemente comprometidos com os direitos humanos das pessoas refugiadas e migrantes.”

3. **Participante com a fala/ organização:** Débora Fahur – Fórum Refugiados

Tema de discussão: Inclusão de crianças e adolescentes

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Proposta de Melhoria:

- Sugere trazer o tema de proteção à criança e adolescente para discussão. É um tema que tem discutido muito nos fóruns e que tem metodologias internacionais e desenvolvidas no Brasil que abrange a proteção da criança;

- Se propõe a entregar algo escrito que seja mais claro, que o grupo possa compreender sobre as metodologias que poderiam acrescentar ao grupo de discussão.

DEBATES

4. **Participante com a fala/ organização:** Sérgio Miletto – Alampyme
Tema de discussão: Compra Pública; Acolhimento; Agentes de Saúde
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Nas escutas trabalhando com migrantes nas comunidades, percebe que uma grande parcela das mulheres migrantes, principalmente na área da confecção, não quer ser contratada pelas empresas para poder costurar nas empresas. Elas querem ter a liberdade de ter o negócio delas, para estar próximas de suas famílias, que muitas vezes são vítimas de bullying.

Proposta de Melhoria:

- Pensar em como trabalhar para que as mulheres migrantes possam se desenvolver em seus talentos, e criar seus negócios e através de seus negócios de coletivos de produção, poder inclusive vender para o próprio governo. Acredita que isso precise virar uma política dentro da própria lei da compra pública do governo federal, utilizando a própria lei para ampliar isso.
- Sugere que seja pensado em como trabalhar a recepção, “que o nosso convidado (o imigrante) quando chega aqui seja recebido de uma forma calorosa e não sendo recebido diretamente pela polícia, como primeiro acesso.” Pensar em como trabalhar junto com a Polícia Federal e com outros órgãos essa questão do recebimento.
- Na área da saúde, apresenta a importância dos agentes de saúde que já existem hoje, que já vivem na casa das pessoas, inclusive de muitos migrantes que moram aqui, e conhecem profundamente a vida dessas pessoas, porém esse conhecimento não é, de alguma forma, catalogado. Sugere que os agentes de saúde, que já são muito bem recebidos pelas comunidades de migrantes, sejam qualificados para também ouvir as especificidades dessas populações. Também sugere que migrantes possam ser contratados como agentes de saúde.
- Sugere pensar em como transformar o migrante e a cultura desse migrante, em uma cultura desejada (e admirada) pelos brasileiros?
- A exemplo da compra pública dos uniformes em São Paulo, sugere que os uniformes escolares sejam criados e cocriados com as crianças e famílias daquele território em torno da escola. Em um processo desse, “quanta coisa da cultura e como a gente consegue fazer com que essas pessoas se relacionem através das atividades culturais.”

Boas práticas:

- Em outros países, na Europa ou Estados Unidos, um licitador, para não comprar de um micro negócio, ele precisa justificar. Porque aquilo que ele está comprando não é de uma micro e pequena empresa. É muito cômodo para o licitador, fazer uma licitação e trazer grandes fornecedores.

5. **Participante com a fala/ organização:** Thais La Rosa – OIM
Tema de discussão: Integração local de indígenas migrantes e refugiados

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Em 2021, a OIM realizou a Matriz de Monitoramento e Deslocamento Nacional sobre a População Indígena Refugiada e Migrante e Venezuelana (DTM), junto aos atuais Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e do Ministério da Justiça, e com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. No DTM foram mapeadas 7 etnias indígenas: Warao (70%), Pemón (22,5%) E'ñepá (3%) e os demais 8%, compostos por mais 4 etnias. Cada uma dessas etnias tem relações diferentes com os territórios de origem e fronteira. Além disso, os Warao podem ser encontrados em mais de 40 cidades do Brasil e estima-se que 18% das crianças entre 0-12 anos são brasileiros nascidos no país. Essa população enfrenta diversas barreiras para acesso a políticas públicas, como assistência social e educação, que observem suas necessidades como povos indígenas em contexto urbano.
- Há pouca informação produzida e as equipes do SUS e SUAS no contexto urbano não costumam, em geral, lidar com populações indígenas, o que dificulta a compreensão das equipes que carecem de ferramentas de comunicação intercultural na saúde.
- O não reconhecimento como etnias indígenas no Brasil, dificulta o acesso a determinadas políticas setoriais e pode influenciar negativamente na concepção dos indígenas migrantes como sujeitos de direito.
- Uma das maiores dificuldades das crianças e adolescentes indígenas em mobilidade é o fato de não conseguirem sua inserção escolar no ensino formal, e não ter acolhida suas demandas específicas de educação indígena. O que agrava indiretamente a situação de desemprego de seus responsáveis e coloca em risco sua preservação cultural e linguística.
- Segundo os dados do DTM de 2021, a taxa de desemprego na população indígena é de 90%, e o perfil de escolaridade é baixo. Somente 15% dessa população cursou ou finalizou o ensino fundamental, e 24% não sabe ler nem escrever. Fatores que agravam a situação socioeconômica em contexto urbano.

Proposta de Melhoria:

- Sugere a criação de cursos EAD e Programa Nacional de Formação sobre a mobilidade indígena para melhor preparo e fortalecimento de capacidades locais para atendimento da população indígena em contexto urbano, o que inclui também a população indígena brasileira.
- Menciona ser necessário garantir a participação dos Ministérios dos Povos Indígenas, por meio da coordenação de populações em contexto urbano e da FUNAI na elaboração de políticas para migrantes, promovendo o reconhecimento formal e institucional das etnias de migrantes internacionais no Brasil.
- Sugere a criação de protocolo para o acolhimento culturalmente sensível na educação formal de indígenas migrantes e um guia para elaboração de projetos pedagógicos para educação indígena de etnias em mobilidade. Incluindo orientações para a contratação de professores indígenas.
- Destaca ser importante pensar em uma estratégia nacional de empregabilidade da população indígena migrante, que incorporasse a formação profissional e empregos apoiados no SINE e que busque propiciar uma primeira experiência que sirva de ambientação dentro desses locais de trabalho cuja estrutura ainda pode causar

estranhamentos culturais para essa população. Bem como, é importante que uma política assim possa prever mecanismos de cadastro e checagem de documentos flexíveis para promover uma inserção inclusiva.

Boas Práticas:

- Programa “Renova DF”, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do governo do Distrito Federal. Nesse programa os participantes recebem capacitação profissional na construção civil e abono de 1 salário-mínimo na restauração de terrenos públicos. Em suas edições anteriores, mais de 400 migrantes participaram do programa e agora recentemente a OIM articulou a participação de mais 33 migrantes no primeiro trimestre de 2023, e a cada nova edição irá encaminhar mais migrantes para esse programa, como uma primeira experiência de trabalho e também de formação em algo que muitos indígenas ainda não têm esse tipo de qualificação.

6. **Participante com a fala/ organização:** Paulo Sérgio Almeida – ACNUR
Tema de discussão: Governança do processo; Orçamento; Participação social; Inclusão Financeira e empregabilidade.
Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Proposta de Melhoria:

- Importante pensar na governança do processo, dentro do próprio governo federal. É um tema transversal que envolve vários ministérios, e é fundamental pensar nos mecanismos de coordenação interministerial, para que a política seja de fato implementada.
- Sugere que sejam pensados em fóruns, comissões e instâncias de articulação intergovernamental, com participação da sociedade civil. É importante pensar nisso, inclusive em relação às articulações interfederativas.
- Orçamento: É importante ter previsão orçamentária para a execução da política nacional e também para implementação das várias ações que eventualmente surjam desse processo no âmbito dos estados e municípios. Sugere que seja pensada uma articulação entre os 3 níveis de governo para a implementação da política, com sistemas de repasses de recursos e sistemas de comunicação, por exemplo. É fundamental que os recursos sejam previsíveis, sejam regulares e que não sejam algo *ad hoc*, algo pontual. Que também não esteja restrito a situações emergências. Também, é importante que os recursos não fiquem restritos a nacionalidades específicas, que sejam abrangentes o suficiente para cobrir as ações da política e também direcionados à criação de serviços e equipamentos que venham a ser estabelecidos para o atendimento dessa população. Pensa ser fundamental a definição de critérios para que esses serviços, esses equipamentos sejam estabelecidos nos territórios e como serão financiados.
- Inclusão financeira: é um direito das pessoas e que muitas vezes não é alcançado pela população refugiada, migrante e apátrida. Essa população tem muita dificuldade em abrir conta bancária, e é fundamental que haja maior engajamento dos bancos públicos para que possam efetivar esse direito. Os bancos públicos também têm viés social, de inclusão social da população e, portanto, é fundamental esse engajamento.

- Fortalecimento do SINE: sabe-se que a empregabilidade, o acesso ao mercado de trabalho é fundamental, mas é fundamental um acesso com qualidade apoiado pelo Estado e pelas instâncias estatais. O SINE precisa ser fortalecido no sentido de incluir as pessoas refugiadas, migrantes e apátridas como também beneficiárias do serviço desse sistema público de emprego.

7. **Participante com a fala/ organização:** Elaine Cristina Schmitt Ragnini – Psicologia/UFPR/CSVM

Tema de discussão: Saúde mental; português para crianças e adolescentes; formação de agentes públicos

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- A Universidade é um local de atendimento a migrantes e as questões de assistência e de proteção chegam muito na universidade. É preciso reforçar essa necessidade de articular a rede local de atendimento com assistência, saúde e proteção.
- Saúde mental: Recebe muitos pedidos, não só de outras instituições, mas dos próprios migrantes para um trabalho, um cuidado com a saúde mental. Percebe que o sofrimento e adoecimento psíquico é algo que está presente na população migrante e é importante pensar em formas de articular com rede de saúde mental das cidades, o atendimento a esses migrantes. O atendimento é sempre muito difícil, por causa da língua, das diferenças culturais, questiona como poderia ser articulada a formação, a qualidade do atendimento em saúde mental a essa população.
- Para além dos agentes de saúde, que conhecem sobre a vida cotidiana dos migrantes, pensa que os professores de língua portuguesa também conhecem muito da vida dos migrantes.
- Apresentou uma demanda específica da UNILA: Os alunos não conseguem fazer aula de campo, pois precisam de visto para circular na tríplice fronteira. São alunos que acabam, de dentro da universidade, tendo um prejuízo por causa dessa condição do *status* migratório deles. É algo que impacta na formação desses migrantes na UNILA.

Proposta de Melhoria:

- Formação dos agentes públicos, não somente os públicos, mas os agentes que trabalham em instituições que atendem migrantes.
- Pensar em como pesquisar e conhecer junto aos professores de língua portuguesa sobre o cotidiano da vida dos migrantes.
- Sugere que sejam pensados cursos de ensino de língua portuguesa para crianças e adolescentes. Há diferença entre ensinar a língua portuguesa como língua de acolhimento para adultos e a língua portuguesa para crianças.
- Menciona a importância de se construir uma política para reingresso nas universidades e programas de revalidação de diplomas.

8. **Participante com a fala/ organização:** Helion Póvoa Netto - UFRJ

Tema de discussão: Capacitação de servidores; Mapeamento de ações desenvolvidas.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Brasil está recebendo o maior quantitativo de refugiados da história, fora os migrantes que não são enquadrados como refugiados e isso está gerando novas experiências.
- Apresentou o trabalho feito pela “Plataforma MigraCidades”, uma plataforma em que os municípios optam por se integrar e fornecem as formas de atuação com migrantes e refugiados que têm desenvolvido localmente.
- A capacitação de servidores públicos locais é um grande desafio, pois o agente público local nem sempre tem uma formação, nem sempre tem um engajamento na causa do migrante.

Proposta de Melhoria:

- Sugere que se faça um mapeamento do que já é feito no Brasil com relação à integração e acolhimento de migrantes. São experiências muito diferentes e pouco conhecidas. Não há, por exemplo, um mapeamento de todos os CRAIS que existem. Quais oferecem abrigo, quais não oferecem. Onde tem aula de português e onde não. Tentar fazer um mapeamento das iniciativas de integração local e de acolhimento que já estão vigentes e quais campos do atendimento a migrantes que essas iniciativas cobrem.
- Sugere que seja incluído no Munic, sistema em que o IBGE inquirir, periodicamente, todos os municípios brasileiros, sobre a gestão pública municipal, um item quanto ao atendimento a migrantes. Por exemplo, quais estruturas de acolhida, de atendimentos e de garantia de direitos que esse município tem? Essa é uma informação muito importante que poderia ser feita pelo IBGE.
- Acredita que se pudesse unir as informações da Plataforma MigraCidades com as pesquisas realizadas pelo IBGE, com relação a todos os municípios brasileiros, seria possível ter um quadro mais preciso quanto ao que já existe em termos de iniciativas de integração local e garantia de direitos no Brasil.
- Sugere a criação de uma ouvidoria, com relação às situações, a municípios e regiões nos quais os agentes públicos não estejam atendendo aquilo que se espera em termos de acolhimento, integração e garantia de direitos.

9. Participante com a fala/ organização: Sindy Nobre – PANAGAH
A organização recebe afegãos desde 2021 e já recebeu mais de 1000 afegãos, 133 famílias em 33 municípios e 13 estados do Brasil.

Tema de discussão: Acolhimento e integração de afegãos

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- As mulheres afegãs precisam entender que elas têm algum valor e que têm como acessar direitos. “A mulher afegã não se enxerga como uma pessoa e como alguém que tem a possibilidade de acessar direitos. Não adianta o Governo Federal fazer uma plataforma de empregos para mulheres afegãs, pois elas não entendem que elas têm a possibilidade de sair de casa e trabalhar.” 99% das mulheres afegãs não aceita receber

apoio financeiro, solicitam que seja entregue para seus maridos. Elas não se enxergam como pessoas capazes de gerir, de produzir renda.

- Dificuldade em conseguir fazer com que as crianças frequentem as escolas, pois não entendem a escola como um local necessário para os filhos, com raras exceções.
- Português é um desafio imenso para afegãos.

Pontos de Melhoria:

- Necessidade de conscientização e sensibilização das comunidades de acolhida, pois o migrante é acolhido no município, pelo seu vizinho, e não pelo Governo Federal. Menciona ser necessário que a conscientização seja espalhada pela população de uma forma geral.
- Pensar mecanismos de valorização e informação, que vêm através das comunidades de acolhida, para que seja possível promover acesso, mas algo anterior ao acesso, que essas pessoas possam se entender como sujeitos de direitos de decisão.
- Destaca que a política tem que ser tão abrangente a ponto de receber essas pessoas também.

10. Participante com a fala/ organização: Débora Pinter Moreira – Advogada

Tema de discussão: Integração e acolhimento de haitianos

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Destaca que a legislação brasileira é ideal, de alto nível. É uma das melhores leis para refugiados haitianos.
- Trabalha diariamente com haitianos e sabe que com a portaria 678 eles não podem mais chegar no Brasil para pedir refúgio, sem que portem o visto. “Aquilo que há 10 anos atrás era necessidade, por causa do primeiro terremoto, hoje é desespero.”
- Os primeiros haitianos que vieram para o Brasil deixaram seus filhos e esposas no Haiti para posteriormente trazê-los para cá. Com a entrada da pandemia vieram as restrições e não está mais sendo possível trazer os filhos.
- Há muitas decisões favoráveis para entrada de haitianos, no entanto encontra-se entraves burocráticos. As pessoas só podem vir por meio de voo fretado, pois não são portadoras de visto. “Em um segundo momento precisa-se notificar a Polícia Federal da vinda de X pessoas ao Brasil. O entrave burocrático é na PF, que precisa analisar a lista de nomes, em tese teria que apenas ser comunicada, mas as cias aéreas se baseiam nessa análise, que muitas vezes é equivocada, de pessoas que não sabem analisar as decisões e negam a entrada de pessoas que já têm autorização para virem ao Brasil. No decorrer do tempo as liminares caem, as sentenças mudam e a pessoa fica lá, sem ter seu direito atendido, mesmo com uma autorização judicial.”

11. Participante com a fala/ organização: Giuliana Redin – UFSM/CSVM

Tema de discussão: Participação social

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Menciona que um dos temas mais sensíveis é integração e concorda em relação ao termo, em ter cuidado ao não inovar naquilo que já tem uma comunicação mais facilitada do ponto de vista do diálogo internacional e de entendimento interno sobre o propósito.
- Pensar em política nacional para migrantes, refugiados e apátridas, nesse eixo, que é o eixo da integração local, é necessariamente pensar na consolidação de uma estrutura que permita um debate permanente sobre as questões pontuais que estão sendo aqui trazidas pela sociedade civil.

Propostas de melhoria:

- Sugere que seja pensado em equipamentos públicos com orçamento que possa custear isso.
- Pensar em um conselho nacional onde a sociedade civil possa estar presente, mas que a sociedade civil não assuma o papel que é do estado. A participação como sociedade civil ficaria muito mais bem situada no nível de um conselho que possa ser permanentemente consultado e trazendo as demandas.
- Sugere que se tenha, dentro do Ministério de Desenvolvimento Social, alocação de recursos específicos para o grupo social de migrantes, refugiados e apátridas, que se possa incluir como uma política pública efetiva, portanto, como uma política pública de estado e não apenas política de governo que tem esse caráter mais sazonal.
- Considerar a importância de que se tenha consolidada as estruturas, que é, os equipamentos públicos, orçamento público, participação efetiva e inserção desse grupo dentro do Ministério de Desenvolvimento Social como política e criação do conselho nacional “onde aí sim teremos voz como sociedade civil de trazeremos as questões mais pontuais.”

12. Participante com a fala/ organização: Gilberto Rodrigues – UFABC

Tema de discussão: Federalismo; Conselho Nacional;

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Dimensão federativa do Brasil: Todas as Políticas Públicas precisam estar operando na chave do federalismo cooperativo. A união tem o papel fundamental da coordenação dessas políticas. É da própria natureza constitucional que haja uma coordenação federativa, respeitando as autonomias locais, estaduais e municipais.
- Existem experiências internacionais interessantes, tanto do norte global quanto do sul global, em relação à migração e há, por parte das Organizações Internacionais, um incentivo para que as cidades e os poderes locais possam atuar no acolhimento e integração local, com recursos próprios e recursos federais.
- A legislação migratória, tanto de migração voluntária quanto de refúgio, é uma legislação federal, no caso do Brasil não temos competências locais expressas para o estabelecimento de legislação estadual e municipal, mas as políticas públicas são estaduais e municipais. Existe um compromisso de municípios e estados que precisa ser traduzida em um diálogo permanente que se daria, e poderá se dar, através de um conselho nacional de migrações, refúgio e apatridia.

Proposta de Melhoria:

- Reforçar a fala da Giuliana Redin sobre a importância de se pensar na criação de um conselho nacional sobre migração, refúgio e apatridia. Apesar de já se ter duas instâncias em funcionamento pela legislação brasileira, elas são bastante setoriais e não abarcam a proposta que a regulamentação do Artigo 120 da Lei de Migração está propondo.

Outros pontos apresentados:

- Tem estudado e pesquisado política e direito comparado, e todo o debate de cidades solidárias que é empreendido pelo ACNUR e das cidades inclusivas que é desenvolvido na Europa. Se coloca à disposição para um diálogo e contribuições nessa questão, pois isso tem impactado diretamente no papel que os poderes locais das cidades têm no acolhimento e integração local de pessoas migrantes e refugiadas.

13. Participante com a fala/ organização: Bela Feldman

Tema de discussão: CNIG

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

- Menciona que já existe o CNIG, com caráter interministerial e com representantes da indústria, comércio, sindicatos e sociedade civil e inclusive observadores. Não acredita ser o caso de criar uma outra instituição, quando já existe toda uma experiência de se fazer políticas.

14. Participante com a fala/ organização: Sérgio Miletto - Alampyme

Tema de discussão: Língua dos povos indígenas

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Apresentou preocupação com os processos de evangelização, que não deixa de ser mais uma forma de violência, pois diminui aquilo que já tem nessas populações.

Propostas de melhoria:

- Propõe que se ensine na grade pública de ensino brasileira as línguas dos povos indígenas, pelo menos brasileiros. Que se aprenda, principalmente nas regiões em que estão essas comunidades, que se aprenda a religião, a filosofia.
- Propõe que o grupo não se perca, pois é um grupo muito rico. Como pensar em um espaço que se continuem as trocas.

15. Participante com a fala/ organização: Thales Dantas – FONACCERAM

Tema de discussão:

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Tem-se um desastre no orçamento federal, principalmente em estados e municípios da região norte e nordeste. Também, a perda de arrecadação dos estados com a questão do ICMS, coloca um cenário de bancarrota. E tudo isso em um processo para se pensar em políticas públicas para uma população que demanda muito cuidado e sensibilidade por parte dos gestores na ponta.

- O que acontece no norte, é completamente diferente da migração que acontece no nordeste, que é diferente da migração que acontece no centro-sul. O debate que sempre acontece no centro-sul é muito diferente do debate que acontece no nordeste. Até porque, a perspectiva do nordeste brasileiro é de que é uma região muito pobre, que não tem perspectiva para a população.
- A questão dos indígenas Warao é um desafio muito grande para os territórios, principalmente em sua perspectiva urbana.
- Sem dados e sem informações não se consegue cofinanciamento. Todo município tem CRAS e UBS, que é a porta de entrada e encaminhamento, e se não conseguirmos fazer uma perspectiva de inclusão nos serviços de uma maneira popularizada, a política vai ficar muito centralizada no centro-sul porque são estados que já têm recurso.
- Os CRAS têm muita desinformação, pois o CadÚnico não permite identificar migrantes no cadastro.
- Os territórios não conhecem as portarias de acolhida humanitária (afegão, haitiano). Muitos servidores não conhecem a nova Lei de Migração e os atendimentos ficam pautados na perspectiva do estatuto do estrangeiro.

Propostas de melhoria:

- Antes de se pensar em uma agência de migrações, é imprescindível pensar na inclusão de migrantes dentro do serviço existente e não pensar em um sistema exclusivo, para coibir perspectiva de xenofobia.
- Necessário pensar e coibir o enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão. Não existem dados sobre isso e, se não existe o dado, não há demanda e se entende que está tudo ótimo.

16. Participante com a fala/ organização: Cintia Freitas – UERN/CERAM

Tema de discussão: Capacitação de servidores; reavaliação das portarias existentes.

Pontos apresentados (se possível identificar Diagnóstico/ Proposta de Melhoria/ Boas práticas):

Diagnóstico:

- Em 2014 o CRAI fez um mutirão em SP para cadastrar migrantes no CadÚnico. Na época foi revolucionário, mas hoje vê que esse ainda é um problema.
- Reforça a questão de manter o grupo e o diálogo, para também aperfeiçoar as relações e contribuições de trabalho.

Propostas de melhoria:

- Sugere que as portarias sejam reavaliadas, para verificar se ainda fazem sentido no atual contexto.
- Destaca a necessidade de se pensar em capacitações para servidores.

III. Síntese (ao final da reunião, preencher)

Número de pessoas que estiveram na presentes na reunião: 44

Número de participantes que fizeram contribuições/falas durante a reunião: 16

Lista de temas abordados (para facilitar a identificação posterior):

- **Terminologias:**
 - As terminologias que estão sendo utilizadas, como “Integração Local” e “Acolhimento” são terminologias de curso internacional.

- Arriscado adotar uma postura de “empreendedores terminológicos”, pois se um país resolve fazer isso isoladamente, isso transmite uma mensagem negativa em geral, para a percepção dos atores internacionais.
 - Uma alteração terminológica pode causar confusão, pode causar algum tipo de desconexão com os compromissos internacionais, que são muito firmes nesse campo da migração voluntária e forçada.
 - Sugestão de um preâmbulo para incorporar a preocupação que se tem sobre as eventuais conotações negativas que eventuais expressões como “integração local” podem ter.
 - Necessário ter cuidado ao não inovar naquilo que já tem uma comunicação mais facilitada do ponto de vista do diálogo internacional e de entendimento interno sobre o propósito.
- **Crianças e Adolescentes**
 - Tema amplamente discutido e que não está previsto no GT.
 - Cursos de ensino de língua portuguesa para crianças e adolescentes. Há diferença entre ensinar a língua portuguesa como língua de acolhimento para adultos e a língua portuguesa para crianças.
- **Emprego e Renda**
 - Muitas mulheres migrantes, principalmente costureiras, querem poder ter seus próprios ateliês em casa, para ter liberdade de ter um negócio próprio;
 - Pensar em coletivos de produção;
 - Programa “Renova DF”, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do governo do Distrito Federal.
 - Pensar em ações de fortalecimento do SINE, no sentido de incluir as pessoas refugiadas, migrantes e apátridas como também beneficiárias do serviço desse sistema público de emprego.
- **Recepção de migrantes**
 - Pensar em como receber os migrantes que chegam no Brasil, sem que essa entrada seja pela Polícia Federal.
- **Saúde Mental**
 - O sofrimento e adoecimento psíquico é algo que está presente na população migrante e é importante pensar em formas de articular com rede de saúde mental das cidades, o atendimento a esses migrantes.
 - O atendimento é sempre muito difícil, por causa da língua, das diferenças culturais, questiona como poderia ser articulada a formação, a qualidade do atendimento em saúde mental a essa população.
- **Migrantes Indígenas**
 - Pesquisa do DTM Indígena pela OIM apresentou 7 etnias indígenas migrantes;
 - Enfrentam diversas barreiras para acesso a políticas públicas, como assistência social e educação, que observem suas necessidades como povos indígenas em contexto urbano.
 - O não reconhecimento como etnias indígenas no Brasil, dificulta o acesso a determinadas políticas setoriais e pode influenciar negativamente na concepção dos indígenas migrantes como sujeitos de direito.
 - Pouca informação produzida e as equipes do SUS e SUAS no contexto urbano não costumam, em geral, lidar com populações indígenas, o que

dificulta a compreensão das equipes que carecem de ferramentas de comunicação intercultural na saúde.

- Uma das maiores dificuldades das crianças e adolescentes indígenas em mobilidade é o fato de não conseguirem sua inserção escolar no ensino formal, e não ter acolhida suas demandas específicas de educação indígena.
- Segundo os dados do DTM de 2021, a taxa de desemprego na população indígena é de 90%, e o perfil de escolaridade é baixo. Somente 15% dessa população cursou ou finalizou o ensino fundamental, e 24% não sabe ler nem escrever. Fatores que agravam a situação socioeconômica em contexto urbano.
- Criação de cursos EAD e Programa Nacional de Formação sobre a mobilidade indígena;
- Garantir a participação dos Ministérios dos Povos Indígenas, por meio da coordenação de populações em contexto urbano e da FUNAI na elaboração de políticas para migrantes;
- Criação de protocolo para o acolhimento culturalmente sensível na educação formal de indígenas migrantes e um guia para elaboração de projetos pedagógicos para educação indígena de etnias em mobilidade. Incluindo orientações para a contratação de professores indígenas.
- Pensar em uma estratégia nacional de empregabilidade da população indígena migrante.
- Propõe que se ensine na grade pública de ensino brasileira as línguas dos povos indígenas, pelo menos brasileiros. Que se aprenda, principalmente nas regiões em que estão essas comunidades, que se aprenda a religião, a filosofia.
- A questão dos indígenas Warao é um desafio muito grande para os territórios, principalmente em sua perspectiva urbana.

- **Mecanismos de coordenação interministerial**

- **Participação social**

- Que sejam pensados em fóruns, comissões e instâncias de articulação intergovernamental, com participação da sociedade civil.
- Pensar em um conselho nacional onde a sociedade civil possa estar presente, mas que a sociedade civil não assuma o papel que é do estado. A participação como sociedade civil ficaria muito mais bem situada no nível de um conselho que possa ser permanentemente consultado e trazendo as demandas.
- Importância de se pensar na criação de um conselho nacional sobre migração, refúgio e apatridia. Apesar de já se ter duas instâncias em funcionamento pela legislação brasileira, elas são bastante setoriais e não abarcam a proposta que a regulamentação do Artigo 120 da Lei de Migração está propondo.
- Já existe o CNIg, com caráter interministerial e com representantes da indústria, comércio, sindicatos e sociedade civil e inclusive observadores. Não acredita ser o caso de criar uma outra instituição, quando já existe toda uma experiência de se fazer políticas.

- **Orçamento**

- Importante ter previsão orçamentária para a execução da política nacional e para a implementação das várias ações que eventualmente surjam desse processo no âmbito dos estados e municípios.

- Sugerido que seja pensada uma articulação entre os 3 níveis de governo para a implementação da política, com sistemas de repasses de recursos e sistemas de comunicação, por exemplo.
- Importante que os recursos não fiquem restritos a nacionalidades específicas, que sejam abrangentes o suficiente para cobrir as ações da política e ações direcionados à criação de serviços e equipamentos que venham a ser estabelecidos para o atendimento dessa população.
- Pensar em equipamentos públicos com orçamento que possa custear isso.
- Sugere que se tenha, dentro do Ministério de Desenvolvimento Social, alocação de recursos específicos para o grupo social de migrantes, refugiados e apátridas, que se possa incluir como uma política pública efetiva, portanto, como uma política pública de estado e não apenas política de governo que tem esse caráter mais sazonal.
- Tem-se um desastre no orçamento federal, principalmente em estados e municípios da região norte e nordeste. Também, a perda de arrecadação dos estados com a questão do ICMS, coloca um cenário de bancarrota. E tudo isso em um processo para se pensar em políticas públicas para uma população que demanda muito cuidado e sensibilidade por parte dos gestores na ponta.
- **Inclusão Financeira**
 - É um direito das pessoas e que muitas vezes não é alcançado pela população refugiada, migrantes e apátridas.
 - Dificuldade em abrir conta bancária, e é fundamental que haja maior engajamento dos bancos públicos para que possam efetivar esse direito.
- **Rede Local**
 - Necessidade de articular a rede local de atendimento com assistência, saúde e proteção.
 - Os territórios não conhecem as portarias de acolhida humanitária (afegão, haitiano). Muitos servidores não conhecem a nova Lei de Migração e os atendimentos ficam pautados na perspectiva do estatuto do estrangeiro.
- **Agentes públicos**
 - Para além dos agentes de saúde, que conhecem sobre a vida cotidiana dos migrantes, pensa que os professores de língua portuguesa também conhecem muito da vida dos migrantes.
 - Formação dos agentes públicos, não somente os públicos, mas os agentes que trabalham em instituições que atendem migrantes.
 - Agentes de saúde conhecem a realidade dos migrantes e poderiam ser qualificados para entender as especificidades das populações;
 - Contratação de migrantes como agentes de saúde.
 - A capacitação de servidores públicos locais é um grande desafio, pois o agente público local nem sempre tem uma formação, nem sempre tem um engajamento na causa do migrante.
- **Especificidades da Fronteira**
 - Os alunos da UNILA não conseguem fazer aula de campo, pois precisam de visto para circular na tríplice fronteira. São alunos que acabam, de dentro da universidade, tendo um prejuízo por causa dessa condição do status migratório deles. É algo que impacta na formação desses migrantes na UNILA.

- **Revalidação de Diplomas**
 - Importância de se construir uma política para reingresso nas universidades e programas de revalidação de diplomas.

- **Mapeamento de ações**
 - Sugere que se faça um mapeamento do que já é feito no Brasil com relação à integração e acolhimento de migrantes. São experiências muito diferentes e pouco conhecidas.
 - Sugere que seja incluído no Munic, sistema em que o IBGE inquire, periodicamente, todos os municípios brasileiros, sobre a gestão pública municipal, um item quanto ao atendimento a migrantes.
 - Unir as informações da Plataforma MigraCidades com as pesquisas realizadas pelo IBGE, com relação a todos os municípios brasileiros, para que seja possível ter um quadro mais preciso quanto ao que já existe em termos de iniciativas de integração local e garantia de direitos no Brasil.

- **Ouvidoria**
 - Criação de uma ouvidoria, com relação às situações, a municípios e regiões nos quais os agentes públicos não estejam atendendo aquilo que se espera em termos de acolhimento, integração e garantia de direitos.

- **Afegãos**
 - As mulheres afegãs precisam entender que elas têm algum valor e que tem como acessar direitos.
 - Dificuldade em conseguir fazer com que as crianças frequentem as escolas, pois não entendem a escola como um local necessário para os filhos, com raras exceções.
 - Português é um desafio imenso para afegãos.

- **Haitianos**
 - Com a portaria 678 eles não podem mais chegar no Brasil para pedir refúgio, sem que portem o visto.
 - Os primeiros haitianos que vieram para o Brasil deixaram seus filhos e esposas no Haiti para posteriormente trazê-los para cá. Com a entrada da pandemia vieram as restrições e não está mais sendo possível trazer os filhos.
 - Há muitas decisões favoráveis para entrada de haitianos, no entanto encontra-se entraves burocráticos.

- **Comunidades de Acolhida**
 - Necessidade de conscientização e sensibilização das comunidades de acolhida;
 - Pensar mecanismos de valorização e informação, que vem através das comunidades de acolhida, para que seja possível promover acesso, mas algo anterior ao acesso, que essas pessoas possam se entender como sujeitos de direitos de decisão.

- **Federalismo**
 - Todas as Políticas Públicas precisam estar operando na chave do federalismo cooperativo.
 - A união tem o papel fundamental da coordenação dessas políticas. É da própria natureza constitucional que haja uma coordenação federativa, respeitando as autonomias locais, estaduais e municipais.

- A legislação migratória, tanto de migração voluntária quanto de refúgio, é uma legislação federal, no caso do Brasil não temos competências locais expressas para o estabelecimento de legislação estadual e municipal, mas as políticas públicas são estaduais e municipais.
- **Dados**
 - Sem dados e sem informações não se consegue cofinanciamento. Todo município tem CRAS e UBS, que é a porta de entrada e encaminhamento, e se não conseguirmos fazer uma perspectiva de inclusão nos serviços de uma maneira popularizada, a política vai ficar muito centralizada no centro-sul porque são estados que já tem recurso.
 - Os CRAS têm muita desinformação, pois o CadÚnico não permite identificar migrantes no cadastro.
 - Necessário pensar e coibir o enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão. Não existem dados sobre isso e, se não existe o dado, não há demanda e se entende que está tudo ótimo.
- **Especificidades regionais**
 - O que acontece no norte, é completamente diferente da migração que acontece no nordeste, que é diferente da migração que acontece no centro-sul. O debate que sempre acontece no centro-sul é muito diferente do debate que acontece no Nordeste. Até porque, a perspectiva do nordeste brasileiro é de que é uma região muito pobre, que não tem perspectiva para a população.

Intercorrências (*apenas se for necessário relatar algo*): N/A

Lista de presença

1. Alexandre Branco-Pereira - FENAMI
2. Ana Laura Anschau – OIM/Relatoria
3. Bela Feldmann - Academia
4. Brunela Vincenzi - CSVM/UFES
5. Cintia Freitas - UERN/CERAM
6. Clarissa Teixeira Araujo do Carmo – MDH
7. Debora Alves - Caritas RJ
8. Débora Fahur - Fórum Refugiados
9. Débora Pinter Moreira - Advogada
10. Elaine Cristina Schmitt Ragnini - UFPR
11. Geisy Rodríguez – Instituto Mana
12. Gilberto Rodrigues - UFABC
13. Giuliana Redin – UFSM/CSVM
14. Helion Póvoa Neto -
15. Hermes - Dourados/MS
16. Igor Rodrigues -
17. Janaina De Melo Galvao Viana - ACNUR
18. Jaqueline Ribeiro Silva – MEC
19. Juliana Rocha - OIM
20. Laís Yumi Nitta - MJSP
21. Larissa Eloia - AISA/MS
22. Luciana Elena Vazquez - Consultora OIM
23. Luiz Paulo Martins De Lima - MEC
24. Maria Juliana Moura Correa - MS
25. Mariana Sonsone Floriano - MDH
26. Michelle Barbosa Muniz Jordão - MEC

27. Patricia Mollo - MEC
28. Paulo Illes - MJSP
29. Paulo Sergio Almeida - ACNUR
30. Priscila - Como Nascido Entre Nós
31. Regina Silva Futino - MS
32. Renan Duarte - MS
33. Rosana Baeninger - Especialista
34. Sergio Delduque Nogueira Nobre - MDR
35. Sergio Miletto - ALAMPYME
36. Sindy Nobre - PANAHAHAH
37. SJMR Brasil - Diretor
38. Sofia Zanforlin - UFPE
39. Thais La Rosa - OIM
40. Thales Dantas - FONACCERAM
41. Tamara Thomé - SEFRAS/CRAI
42. Truyitralau Tappa - MJSP
43. Vanessa Tarantini – ACNUR
44. Victoria Sant'ana - MS

DOCUMENTO PRELIMINAR